

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 ACOMPANHADAS DA
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

Maio de 2009

Relatório do Conselho de Administração
Exercício 2008

Lisboa, 6 de Maio de 2009

ÍNDICE

Síntese da Actividade do Exercício	
Enquadramento Macro-económico	
O Modelo de Negócio	
Mercados Automóvel, Consumo e de Financiamento	
Negócio e Mercado de Crédito ao Consumo e Cartões de Crédito	
Negócio Crédito Directo	
Evolução Global do Negócio	
Actividade dos Canais e Redes de Distribuição	
Evolução das Demonstrações Financeiras	
Gestão Financeira	
Gestão de Risco	
Recuperação de Crédito	
Operações	
Controlo e Compliance	
Sistemas de Informação	
Recursos Humanos	
Proposta de Aplicação de Resultados	

SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO EXERCÍCIO

A actividade do Banco Santander Consumer Portugal em 2008, à semelhança de outras instituições que operam no mercado financeiro, foi bastante influenciada pela envolvente macro económica, nomeadamente com as alterações de comportamento nos mercados financeiros. As alterações ocorridas apresentaram ao Banco, como corolário do enquadramento macro económico desfavorável, dois impactos significativos: i) estando o financiamento do Banco Santander Consumer Portugal centrado totalmente do Grupo Santander, apesar do seu excelente nível de competitividade face a outros bancos, não invalidou que a estrutura de financiamento para a tipologia de produtos comercializados viesse a ser profundamente alterada, obrigando a uma nova estratégia de “pricing” do novo negócio, e ii) pela natureza da sua actividade e atendendo à necessária redução do rendimento disponível dos seus clientes (como reflexo do aumento das taxas de referência e do preço dos combustíveis) o Banco entendeu que deveria dar primazia à cobertura adequada dos contratos com sinais de delinquência emergentes, constituindo para tal provisões aceleradas para riscos de crédito.

Por outro lado, as vendas a retalho do mercado automóvel – dos quais uma parte significativa da actividade comercial do Banco está dependente – mantiveram-se globalmente estagnadas, sendo que as vendas no segmento de automóveis ligeiros de passageiros apresentaram um crescimento residual em contrapartida de uma contracção nas matrículas de comerciais ligeiros. Também as alterações à fiscalidade conduziram – a par da desaceleração da actividade económica – à contracção das vendas de automóveis usados, em toda a sua cadeia de valor. Portanto, quer em termos de financiamento de viaturas novas, quer nas usadas, o Banco não apresentou crescimento em volume de capital financiado, mas melhorou a quota de mercado no ponto de venda, situando-se em cerca de 22%, no segmento de financiamento de carros novos, e em 11% nos usados.

À semelhança de anos anteriores os índices de consumo privado e de confiança do consumidor não tiveram uma evolução que permitisse catalisar a vendas de carros e de bens de consumo que, por si, permitam ao Banco crescer nas suas linhas de negócio. Por isso, a actividade comercial centrou-se sempre na tentativa de captação de novos clientes, sejam pontos de venda (concessionários de marca, retalhistas, etc.) ou através do desenvolvimento da oferta de produtos directamente aos clientes.

Nesse sentido o Banco continuou a sua expansão para outras linhas de negócio, crescendo no financiamento através de crédito pessoal por via de actividades de *cross-selling* à carteira de clientes, redimensionou todo o negócio de cartões de crédito, dando primazia à angariação de novos utilizadores de cartões também a clientes existentes do Banco em vez de proceder à angariação directa de novos clientes. Para ter sucesso nesta estratégia a sustentação da linha de crédito ao consumo tradicional foi determinante - no mercado em que opera – para garantir a angariação de novos clientes, apesar de a captação de financiamento no ponto de venda, em volume de capital financiado, ter contraído 13,4%, de fato o número de clientes angariados manteve-se sensivelmente estável.

No que diz respeito aos processos de optimização operacional, o Santander Consumer obteve o seu melhor rácio de eficiência em 2008, reduzindo-o de 42,9% em 2007 para 38,1% em 2008, mantendo os seus excelentes níveis de competitividade num enquadramento de mercado desfavorável.

Foi neste contexto que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. atingiu um volume anual de capital financiado de 466 milhões de euros – uma contracção de 8,7% face ao ano anterior –






resultado dos bons níveis de envolvimento e aderência alcançados e da expansão de produtos para além do financiamento automóvel.

Como linha complementar, na actividade seguradora, foi possível manter o nível de comissões, totalizando a Dezembro de 2008 cerca de 5 milhões de euros, valor fortemente condicionado por via da nova Lei de Mediação de Seguros. A aplicação da nova Lei em finais de 2007 catalisou a mudança do modelo de venda de seguros, dando preferência à angariação directa e lançando produtos adicionais, além dos seguros de protecção de crédito e do seguro automóvel.

A carteira de crédito a clientes veio a cifrar-se, no final de 2008, em 1.251 milhões de euros, um crescimento de 1,5% face ao período homólogo, tendo contribuindo o financiamento de stock aos concessionários, com os quais o Banco Santander Consumer Portugal tem acordos de marca, numa proporção semelhante à do exercício anterior.

A qualidade da carteira de crédito continua a ser uma das fortes características do Banco. Não obstante, no último trimestre de 2008, alguns dos produtos evidenciaram níveis de delinquência mais elevados – à semelhança do sector – para os quais o Banco entendeu ser prudente antevendo um ciclo económico bastante adverso, optando por reforçar com provisões de imparidade a cobertura de activos com probabilidade de incumprimento mais elevada. Naturalmente esta opção veio a condicionar os resultados operacionais, com resultados antes de impostos de 13.000 milhares, inferior em 44,9% aos de 2007, quando a margem operacional cresceu +10,5% para 34.536 milhares face ao ano transacto.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A. Enquadramento Internacional

A deterioração da economia mundial foi particularmente severa e sincronizada, com um conjunto alargado de economias avançadas em recessão e com as economias de mercado emergentes a revelarem um significativo abrandamento. Estes desenvolvimentos influenciaram directamente a evolução da economia portuguesa, dada a sua forte integração económica e financeira.

A partir do segundo trimestre de 2008 a envolvente macroeconómica, no contexto da maior crise financeira e económica mundial dos últimos 80 anos, desde a grande depressão, e do aumento do custo dos combustíveis fósseis e das matérias-primas (com forte destaque para o preço do petróleo), a actividade económica mundial sofreu uma forte contração.

De acordo com as mais recentes estimativas do Fundo Monetário Internacional, a economia mundial terá desacelerado significativamente em 2008, tendo o PIB mundial registado um crescimento de 3.2 por cento, após vários anos com crescimentos superiores a 5 por cento.

A desaceleração foi particularmente marcada na parte final do ano, tendo o crescimento homólogo do PIB mundial, excluindo a área do euro, diminuído de 5.0 por cento no primeiro trimestre de 2008, para apenas 0.6 por cento no último trimestre, estimando-se que este efeito se prolongue por 2009 e eventualmente 2010.

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL		
Taxas de variação em percentagem		
PIB	2007	2008
Economia mundial	5,2	3,2
EUA	2,0	1,1
Japão	2,4	-0,7
Área do euro	2,6	0,7
Alemanha	2,6	1,0
França	2,1	0,7
Itália	1,5	-1,0
Espanha	3,7	1,2
Portugal	1,8	0,0
Reino Unido	3,0	0,7
China	13,0	9,0

Fontes: FMI, INE e Banco de Portugal

Na continuação dos primeiros sinais apresentados no final de 2007 veio a verificar-se em 2008 o “colapso” do sector financeiro, proporcionando um revés económico significativo a nível mundial, pela via da crise ocorrida nos financiamentos a clientes com características sub prime, conduzindo os principais Bancos mundiais a reconhecer perdas significativas e verdadeiramente históricas.

Consequentemente a escassez de liquidez teve como contrapartida, não só o aumento das taxas interbancárias, mas também dos *spreads* de contratação. Para fazer face a este risco sistémico, os governos e os bancos centrais de diversos países, incluindo Portugal, adoptaram um vasto conjunto de medidas de apoio ao sistema financeiro e de estímulo à actividade económica sem precedente histórico e num quadro de cooperação internacional.

  5  

Na primeira metade do ano assistiu-se à acentuação das pressões inflacionistas com os preços das matérias-primas a exibirem uma forte tendência ascendente. O preço do barril de Brent atingiu um máximo de 146 USD no início de Julho, reflectindo por um lado, a continuação de uma procura mundial de matérias-primas robusta, no quadro da manutenção do dinamismo das economias de mercado emergentes e, por outro lado, as condições apertadas da oferta destes bens.

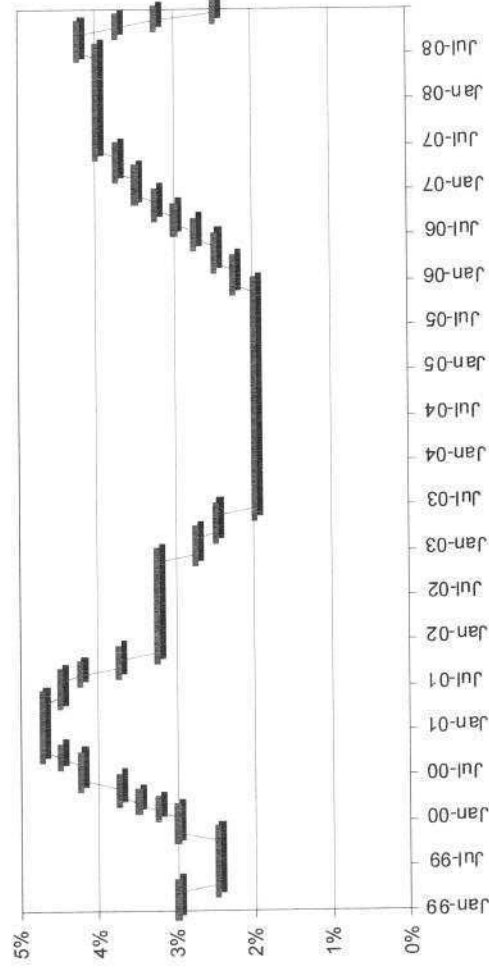
A inflação homóloga subiu de 4.1 em Dezembro de 2007 para 5.6 em Julho de 2008 nos EUA, de 3.1 para 4.0 por cento na área do euro, no entanto com o agravamento e generalização da turbulência nos mercados financeiros, potenciada pela falência do banco de investimento Lehman Brothers nos EUA, a partir de meados de Setembro materializaram-se os principais riscos descendentes anteriormente identificados para a actividade económica e diminuíram os riscos em alta para a estabilidade de preços.

Durante todo o ano de 2008 os principais índices accionistas apresentaram níveis de desvalorização muito consideráveis, com o Eurostoxx na área do euro a desvalorizar cerca de -46%, enquanto o Standard and Poors 500 nos EUA, o Footsie no Reino Unido e o Nikkei no Japão registaram reduções de -38%, -31% e de -42%, respectivamente.

Em termos de política monetária, o ano de 2008 ficou marcado por dois ciclos, um primeiro semestre caracterizado por fortes pressões inflacionistas que levou o BCE na reunião de 3 de Julho de 2008 a aumentar em 25 pontos básicos a taxa mínima das operações principais de refinanciamento para 4.25 por cento.

Main Refinancing Interest Rate – Eurosystem

Valores em percentagem



O segundo semestre ficou marcado pelo enfraquecimento da actividade económica na área do euro, com as projecções para o PIB real a serem substancialmente revistas em baixa, que conjugadas com a queda acentuada dos preços das matérias-primas observada desde o Verão, as pressões inflacionistas diminuíram e a política monetária ganhou especial relevância, pois entre o início de Outubro e o início de Dezembro, o Conselho do BCE reduziu as taxas por três vezes no total de 175 pontos básicos fixando-se a taxa *refinanciamento* no final de 2008 em 2,5%.

B. Economia Portuguesa

No contexto da maior crise financeira e económica mundial dos últimos 80 anos, também a economia portuguesa desacelerou de forma marcada em 2008, iniciando no segundo semestre um período recessivo que se antevê como o mais profundo e prolongado das últimas décadas.

A evolução da economia portuguesa em 2008 foi altamente afectada, dada a sua forte integração económica e financeira. Adicionalmente, a persistência de algumas fragilidades que condicionam a produtividade dos factores e restringem as condições de solvabilidade dos agentes numa perspectiva intertemporal contribuíram para que Portugal voltasse a registar em 2008 um dos crescimentos mais baixos entre os países da área do euro e da União Europeia. Assim, é de assinalar que a variação do PIB será, pelo sétimo ano consecutivo, inferior à observada na área do euro, continuando, deste modo, a acentuar-se a diferença face ao respectivo nível médio de rendimento per capita.

A informação disponível aponta para que o PIB tenha registado um crescimento nulo em 2008, após 1,8 por cento em 2007. Do lado da oferta, a forte desaceleração da eco no mia portuguesa reflectiu uma queda atípica da produtividade do trabalho, num quadro de criação moderada de emprego e de uma ligeira queda da taxa de desemprego, que se manteve em níveis historicamente elevados. Do lado da procura, a desaceleração da actividade esteve associada ao comportamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e das exportações, ou seja, das componentes mais sensíveis ao enquadramento interno e externo caracterizado.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

Taxas de variação em percentagem

	2006	2007	2008
PIB	1,4	1,8	0,0
Consumo Privado	1,9	1,6	1,7
Consumo Público	-1,4	0,0	0,5
FBCF	-0,7	2,8	-1,7
Exportações	8,7	7,5	-0,4
Importações	5,2	5,6	2,1
Procura Interna	0,8	1,5	0,9
Procura Externa	8,1	5,1	1,5
Contributo para a variação do PIB (p.p.)			
Procura Interna	0,9	1,7	1,0
Procura Externa	0,5	0,2	-1,0
IHPC	3,0	2,4	2,7
Taxa Desemprego (% da população activa)	7,7	8,0	7,6
Desemprego longa duração (% desemprego total)	51,7	48,9	49,8
Saldo Orçamental (% PIB)	-3,9	-2,6	-2,6
Dívida Pública	64,7	63,5	66,4

Fontes: INE e Banco de Portugal

Dois factores associados à crise internacional contribuíram para o aumento significativo do défice externo da economia portuguesa de 2008.

- Quebra abrupta da procura externa e das exportações, sobretudo na parte final do ano, que contrasta com uma menor desaceleração das importações, num quadro de virtual estabilização do crescimento do consumo privado

[Handwritten signatures and initials]

- A evolução desfavorável dos termos de troca, mercê do forte aumento, em média anual, do preço das matérias-primas, em particular do petróleo, nos mercados internacionais. Em termos macroeconómicos, esse aumento do défice externo reflecte a diminuição da taxa de poupança do sector privado e das Administrações Públicas e a manutenção do investimento em percentagem do PIB.

O consumo privado, em particular na componente de bens não duradouros, apresentou um perfil de crescimento mais alisado, sustentado em parte no crescimento do crédito ao consumo, bem como no aumento significativo das remunerações totais.

Relativamente à evolução da inflação, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), as actuais projecções apontam para que esta se tenha situado em 2.7 por cento em 2008, registando uma subida de 0.3 pontos percentuais em relação a 2007, sendo expectável que em 2009 esta se reduza para valores claramente negativos.

Durante o ano de 2008, a taxa de desemprego atingiu 7.6 por cento, o que compara com 8.0 por cento em 2007, situando-se assim num nível próximo do registado em 2006. Globalmente, a ligeira diminuição da taxa de desemprego em relação a 2007 é encaracterística, dado o perfil de contínua deterioração da actividade económica ao longo do ano e o facto de os movimentos na taxa de desemprego apresentarem um desfasamento menor em relação à actividade económica em períodos recessivos. No entanto, convém assinalar que esta se situa em níveis historicamente elevados no contexto português, já que a média da taxa de desemprego entre 1990 e 2006 foi de 5.5 por cento.

Em 2008, o défice das administrações públicas, na óptica das Contas Nacionais, situou-se em 2.6 por cento do PIB, valor idêntico ao observado em 2007. Este resultado é mais elevado que o objectivo oficial para o défice, que havia sido fixado em 2.2 por cento do PIB. O rácio da dívida pública aumentou 2.9 pontos percentuais em 2008, ascendendo a 66.4 por cento no final do ano.

Apesar do défice efectivo se ter mantido abaixo do valor de referência de 3 por cento do PIB, a execução de 2008 foi marcada por um montante muito significativo de medidas temporárias. De acordo com a definição utilizada no Eurosistema, as medidas temporárias cifraram-se em 1.1 por cento do PIB em 2008 (que compara com 0.1 por cento em 2007).

O MODELO DE NEGÓCIO

Os fundamentos do modelo de negócio do Banco Santander Consumer Portugal assentaram no desenvolvimento gradual da actividade da gestão da relação directa com o cliente final mas, principalmente, suportado em relações de ponto de venda no sector automóvel e de crédito ao consumo. Complementarmente, corolário da crise no sector financeiro, com o consequente aumento das taxas directoras, acompanhadas de uma evolução desfavorável do custo dos combustíveis e dos bens alimentares, houve uma redução significativa do poder de compra e, por isso, as actividades de venda directa de produtos financeiros a cliente final foram repensadas já com efeitos no últimos trimestre de 2008.

Assim a estratégia delineada em finais de 2006, fortemente dinamizada em 2007 e também durante grande parte de 2008, veio a ser adaptada ao nível operacional, por redistribuição dos recursos afectos e investimentos, com o objectivo de fazer face à conjuntura económica que se prevê muito adversa durante 2009 e que provavelmente se prolongará até 2010.

NEGÓCIO AUTOMÓVEL

Em 2008, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. continuou a consolidação da sua posição de liderança no sector automóvel, alargando a sua abordagem nas parcerias com as principais marcas de automóveis, tendo adicionado ao seu já amplo portfolio de acordos de gestão de financiamento de marca, uma nova marca, neste caso fruto do primeiro acordo Pan-Europeu, estabelecido entre a Mazda Motors Europe e o Santander Consumer Finance.

Por outro lado a conjugação da manutenção da mesma abordagem nas parcerias com algumas das principais marcas de automóveis e a evolução do mercado na óptica da consolidação da distribuição ao nível dos grupos de retalho multimarca, ficou mais fortalecida. Esta estratégia obteve resultados de sucesso na evolução positiva dos principais acordos de parceria com Marcas e Grupos de Retalho.

A segregação do negócio de concessionários de marca do negócio com carácter independente / não franchisado, por adaptação do modelo comercial, permitiu, na segunda metade de 2008, uma adaptação rápida à conjuntura apresentada pelos mercados financeiros, nomeadamente na gestão da rentabilidade originada pelas parcerias. Quanto à renovada interacção no mercado de viaturas usadas aspirando à sustentabilidade das relações no médio/longo prazo e no aumento da penetração do mercado, também aqui por força das alterações que se verificaram ao nível da escassez da liquidez, da retracção das vendas a retalho no mercado de viaturas usadas e o consequente impacto na cadeia de valor, houve a necessidade de reposicionar as práticas de originação de contratos de financiamento. Consequentemente, a quota de mercado neste segmento veio a aumentar já no 4º trimestre para cerca de 13%, assegurando simultaneamente uma melhor qualidade do crédito originado e das margens financeiras associadas.

Oferta de Produto

A matriz de produtos disponibilizada pelo Banco contempla um conjunto de soluções para todo o ciclo de vida de um automóvel e respectivos intervenientes. Durante 2008, a combinação dos produtos especializados na relação com os importadores aos produtos de financiamento à actividade e à tesouraria veio a evoluir, por via do lançamento de novos produtos para os concessionários e para os seus clientes finais.

- Importadores:



- Crédito stock viaturas novas e usadas;
- Campanhas de financiamento.
- Rede de distribuição:
 - Crédito stock de viaturas novas e usadas;
 - Campanhas de financiamento;
 - Produtos de apoio à tesouraria;
 - Viaturas de demonstração e de serviço.
- Clientes de financiamento (utilizadores do automóvel):
 - Aluguer de Longa Duração;
 - Locação Financeira;
 - Crédito Tradicional (taxas variáveis, fixas e mistas);
 - Crédito Intersolução;
 - Seguro de protecção ao crédito;
 - Seguro automóvel;
 - Seguro "GAP"

De salientar que a combinação da matriz de produtos e a apetência comercial resultaram numa oferta que permite aos parceiros autonomia e independência na sua gestão operacional e, ao Banco Santander Consumer Portugal, um portfolio completo de diferenciação através da flexibilidade e diversidade de oferta.

Canais e Redes de Distribuição

O modelo comercial assentou numa estrutura de apoio e acompanhamento comercial muito direccionada para a especialização por tipologia de canal e, por sua vez, centrada na rentabilidade do canal de originação:

- Rede Franchisados:
 - Marcas: Volkswagen, Audi, Skoda, Mitsubishi, Seat, Kia, Isuzu às quais foi adicionada no final de 2008 a marca Mazda e acordos de parceria com grupos de relevo no negócio automóvel (Grupo Salvador Caetano, Grupo Entreponto, Grupo Soauto, Grupo Coutinho, Grupo Evicar, Grupo MS Car, Grupo JAP entre outros);
 - Grupos e Concessionários cuja facturação seja maioritariamente de viaturas novas.
- Rede Não Franchisados:
 - Concessionários e Stands cuja facturação seja maioritariamente de viaturas usadas.
- Sucursais:
 - Funcionam como apoio à actividade das equipas comerciais que acompanham os prescritores da zona geográfica em que se situam.

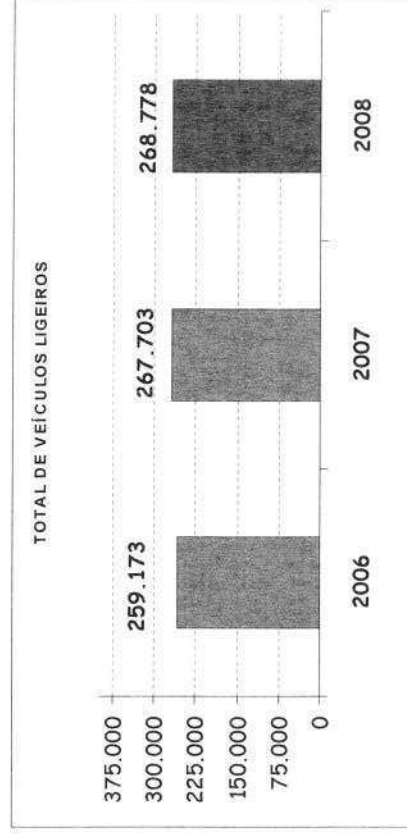
A segmentação da actividade comercial nas redes Franchisada e Não Franchisada permitiu uma adequação do perfil comercial, de acompanhamento e dinamização adequada às necessidades de cada rede, que são bem diferenciadas.

O total de novos contratos de financiamento de viaturas novas e usadas ascendeu a 367.607 milhares de euros, uma redução de 9,2% face a 2008, reflexo da prudência ao nível do financiamento de viaturas usadas no segmento de pontos de venda não franchisados e da redução do segmento de viaturas comerciais ligeiras, no financiamento de viaturas novas.

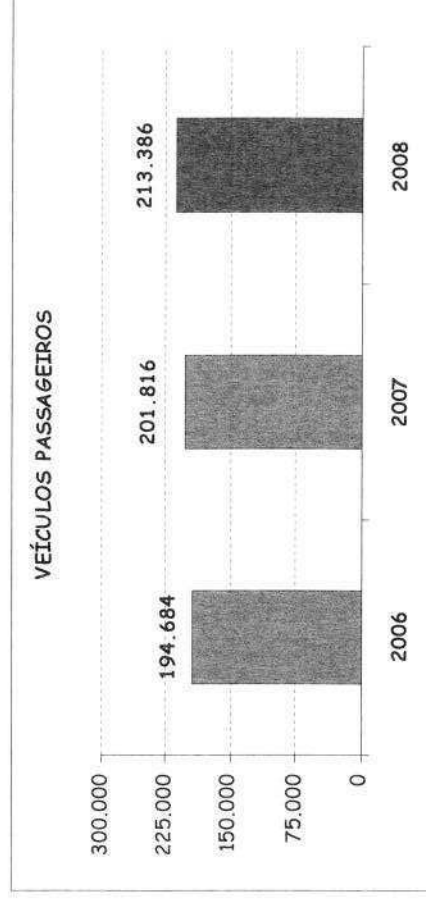
MERCADOS AUTOMÓVEL E DE FINANCIAMENTO

O mercado de veículos ligeiros registou uma evolução entre 2008 e 2007 com um ténue decréscimo da ordem dos (0,54%). No total foram vendidas 268.778 unidades.

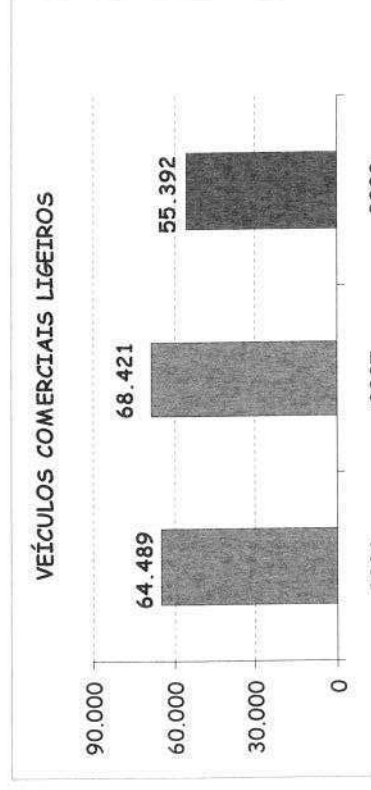
Durante 2008, mais especificamente a partir de Agosto, verificou-se uma redução generalizada das vendas a Rent-a-Car, ao contrário do que se tinha verificado nos dois anos anteriores. Esta redução de vendas directas dos importadores a este canal de distribuição, é reflexo das alterações nos mercados financeiros, forçando os operadores a iniciar um período de alargamento da duração da retenção das viaturas nas suas frotas. Este fenómeno veio também a acontecer ao nível das gestoras de frotas e prolongar-se-á por 2009.



Por tipo de veículos, a categoria de passageiros, que inclui os veículos todo-o-terreno, registou um crescimento de 5,7%, com 213.386 unidades vendidas.



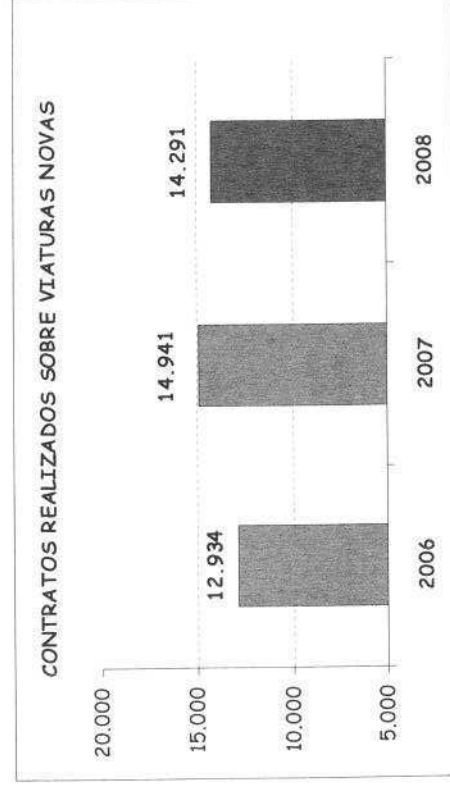
Por outro lado houve uma quebra verificada em 2008 que se deve, essencialmente, aos Veículos Comerciais Ligeiros, com menos 13.029 unidades para 55.592 unidades vendidas, e que representa uma descida de 19% face às vendas efectuadas em 2007.



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

Relativamente ao número de contratos de viaturas novas em 2008, quando comparado com o período anterior, representou, também, um decréscimo de 4,4%.

Para este resultado contribuiu essencialmente o fraco crescimento do mercado de vendas de automóveis a cliente final e também uma evolução negativa nas vendas do segmento de comerciais ligeiros, no qual as marcas que mantêm parcerias com o Banco Santander Consumer Portugal também sofreram da contração da procura.



Já quanto à actividade de financiamento de viaturas usadas que sofreu uma evolução menos positiva, variando (11,6%) fruto de uma redução do mercado, porquanto a quota de mercado manteve-se estável nos 11% (segundo informação prestada pelos associados à ASFAC) e um volume de financiamento que ascendeu a 138 milhões de euros.

NEGÓCIO E MERCADO CRÉDITO AO CONSUMO E CARTÕES DE CRÉDITO

Durante 2008 o negócio de crédito ao consumo manteve a sua estrutura de produto no que diz respeito à distribuição de produtos financeiros, a cliente final, por manutenção de um portfolio de opções diversificado:

☐ Clientes de financiamento (utilizadores do bem adquirido):

- Crédito Tradicional com Juros;
- Crédito Tradicional sem Juros;
- Crédito Misto (com e sem Juros);
- Seguros de protecção ao crédito;

A actividade comercial é o reflexo directo da queda do consumo privado e de alterações à política de admissão de crédito. Totalizou 51.269 milhares de euros de capital financiado, representando uma variação de (17,2%).

Este segmento de negócio é directamente afectado pela evolução do consumo privado que, durante 2008, apresentou uma desaceleração considerável. O estabelecimento de parcerias fortes através de mecanismos de fidelização dos principais parceiros por um lado e, por outro, com actividade comercial de angariação, faz com que o Banco Santander Consumer se mantenha, actualmente, como a entidade com maiores parcerias ao nível da grande distribuição.

O mercado de crédito ao consumo, segundo informação prestada pelos associados da ASFAC (financiamento de bens e serviços a cliente final no ponto de venda, não automóvel) apresentou um acréscimo, em valor, de 10% face a 2007. Em número de contratos o acréscimo foi cerca de 27% indiciando uma redução do valor médio por contrato de 34%.

Já na vertente dos Cartões de Crédito o posicionamento do Banco Santander Consumer Portugal sofreu alterações profundas. O Banco optou, a partir do quarto trimestre, por centra-se num conjunto de produtos direccionados para o cliente final através da oferta directa a clientes cujo perfil de risco de crédito é seu conhecido. A evolução do volume de transacções foi positiva em 1,8% tendo atingido 31,668 milhares de euros.

NEGÓCIO CRÉDITO DIRECTO

Em linha com o plano estratégico e com o desenvolvimento do modelo de negócio do Banco Santander Consumer Portugal, 2008 foi o segundo ano de actividade do crédito directo. A actividade comercial centrou-se no desenho de uma oferta atraente, que pretende favorecer os nossos clientes. A proposta de valor centra-se na segmentação da carteira de clientes, através de análise sócio demográfica, recorrendo ao suporte de marketing directo, comercializar empréstimos pessoais multiuso.

As taxas de conversão foram inferiores às do ano transacto com especial incidência nos últimos três meses de 2008, fruto de uma redução da procura e também por critérios de concessão de crédito mais exigentes.

No total de 2008 o volume de empréstimos concedidos ascendeu a 15,961 milhares de euros representando um crescimento de 26%.

EVOLUÇÃO GLOBAL DO NEGÓCIO

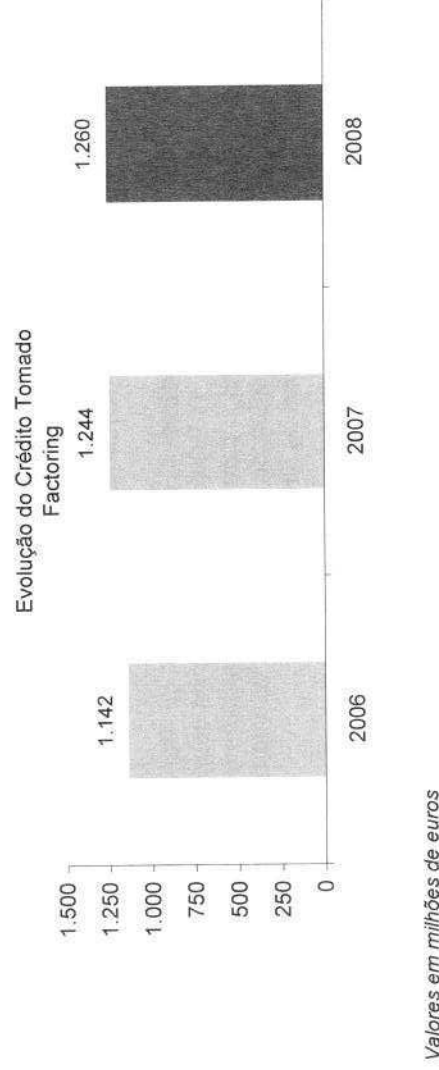
Gestão de Cobranças e Financiamento de Stocks (*Factoring*)

Da matriz de produtos completa e abrangente que o Banco dispõe, salienta-se em particular o serviço de gestão de facturação (*factoring*) e consequente apoio ao *stock* que é disponibilizado

aos concessionários das Marcas. O Banco Santander Consumer Portugal dinamizou esta plataforma e expandiu a sua actividade de financiamento de marca para além das que vinha a gerir. Assim, além dos anteriores acordos, nomeadamente as marcas VW, Audi, Skoda, Mitsubishi e SEAT, KIA, Isuzu juntou-se ao portefólio a parceria com a Mazda Portugal, fruto do acordo entre o Santander Consumer Finance e a Mazda Motor Europe para vários países.

Neste âmbito, o ano de 2008 terminou com um activo superior a 166 milhões de euros (contra os 156 milhões de euros de 2007) e no que respeita ao valor dos créditos tomados, que na maioria das marcas apresentou uma expansão por via da estagnação das vendas de veículos ligeiros, vindo a atingir um total de 1.260 milhões de euros.

Podemos considerar que o resultado global é positivo, pois conseguiu-se centrar esta actividade numa só plataforma operacional e informática e com valor acrescentado dos níveis de serviço prestados aos nossos parceiros.



Financiamento à Aquisição de Veículos Automóveis

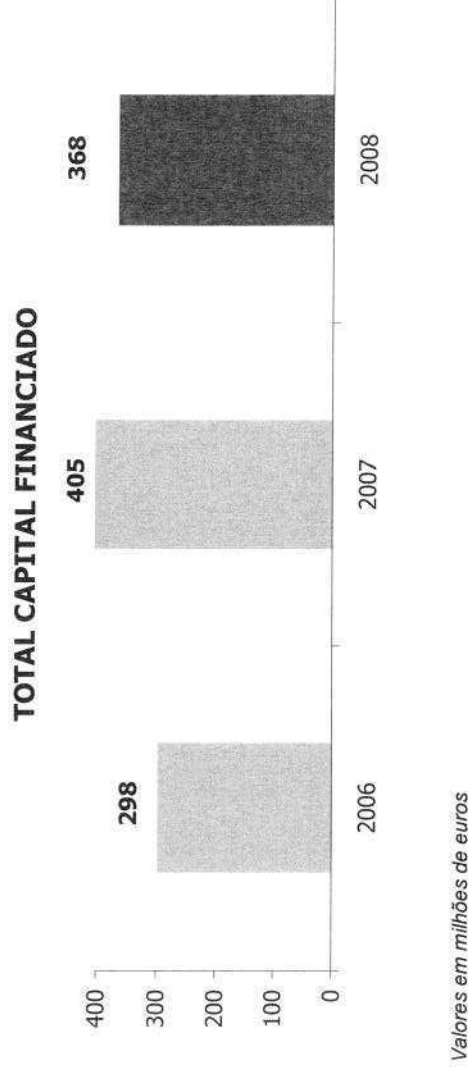
A matriz de produtos do Banco apresenta soluções de financiamento directas e indirectas:

- ❑ Directas: ALD, Locação financeiro e Crédito (Tradicional e Intersolução);
- ❑ Indirectas: AOV (renting) cuja contratação é da responsabilidade da Multirent.

Ao contrário do ano anterior, o capital financiado total regista uma variação de (9,25%) para 368 milhões de euros. A evolução do volume de financiamento está intimamente ligada às políticas de admissão no sector das viaturas usadas e de uma política de pricing rigorosa e que teve como objectivo acompanhar a evolução dos mercados financeiros, tendo em consideração o reflexo da escassez de liquidez. Já no financiamento de automóveis novos a adequação das margens do novo negócio também acompanhou de perto a evolução dos mercados financeiros e, na perspectiva de mercado, as vendas de viaturas comerciais ligeiras que sofreram um forte revés pela contracção de 19% nas matrículas. Através das parcerias de financiamento de marca, quer na VW Veículos Comerciais, Mitsubishi e Seat o Banco esteve exposto à forte variação de vendas daquelas marcas, pelo que o respectivo número de contratos se viu reduzido. Estes

factos confirmam a necessidade de expansão no segmento de viaturas usadas, mas com uma política rigorosa da gestão da equação preço-risco, especialmente tendo em conta o actual momento da economia.

A redução do capital financiado de viaturas usadas para 136 milhões de euros representa uma variação de (10%) mas com margens ajustadas de risco mais favoráveis do que em 2007, ainda assim apesar de o número de vendas financiadas se ter comprimido em 12% (ASFAC).



Relativamente ao número de contratos realizados assistiu-se a uma diminuição de 8,0% face a 2007 no segmento de viaturas novas revelando um comportamento idêntico ao já registado também nesse ano. Muito sustentado pela quebra de alguns segmentos de mercado de automóveis novos que historicamente eram fortes contribuintes para o total de número de contratos do Banco Santander Consumer Portugal.

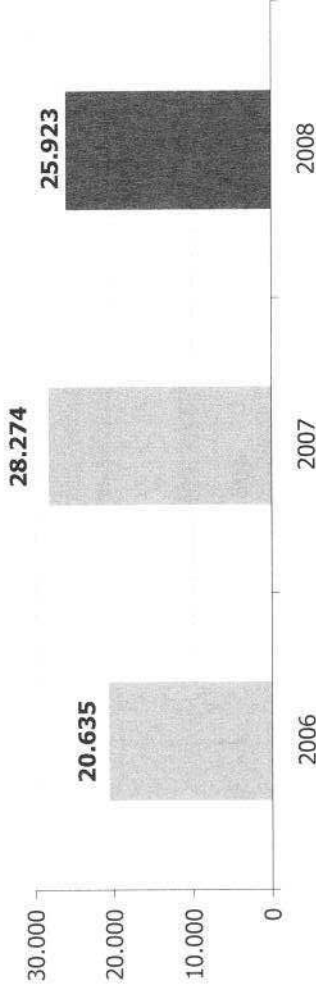
15

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

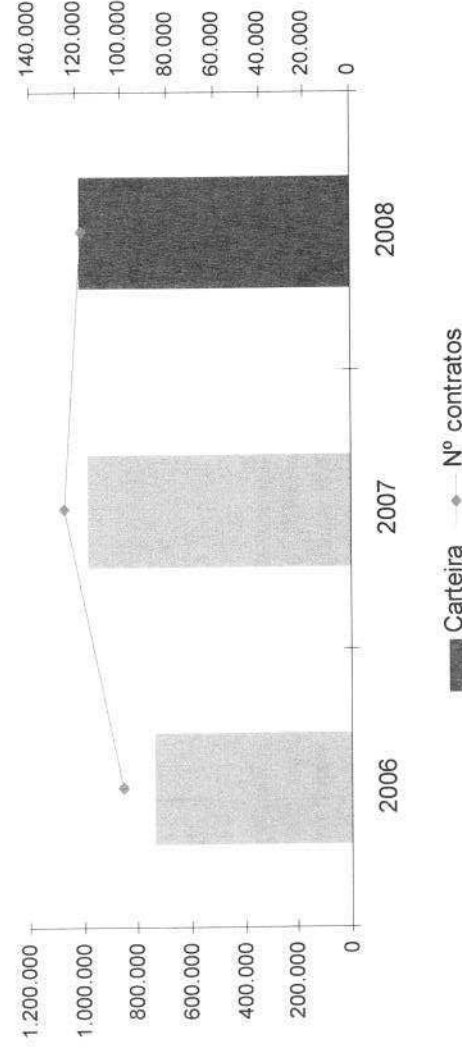
CONTRATOS CONFIRMADOS



Carteira sob Gestão

A carteira sob gestão de contratos de financiamento desde 2004 vinha a apresentando um comportamento negativo tendo atingido em 2006 o valor de 703.170 milhares de euros. Numa comparação em perímetro constante, o Banco Santander Consumer Portugal, conseguiu, em 2007 inverter essa tendência já prolongada do então Interbanco, registando um aumento de 3,21% para 982 milhões de euros de carteira automóvel sob gestão. Já em 2008 esta carteira continuou a crescer, desta feita 3,35% face a 2007, cifrando-se em 1.015 milhões de euros.

Carteira sob Gestão Automóvel

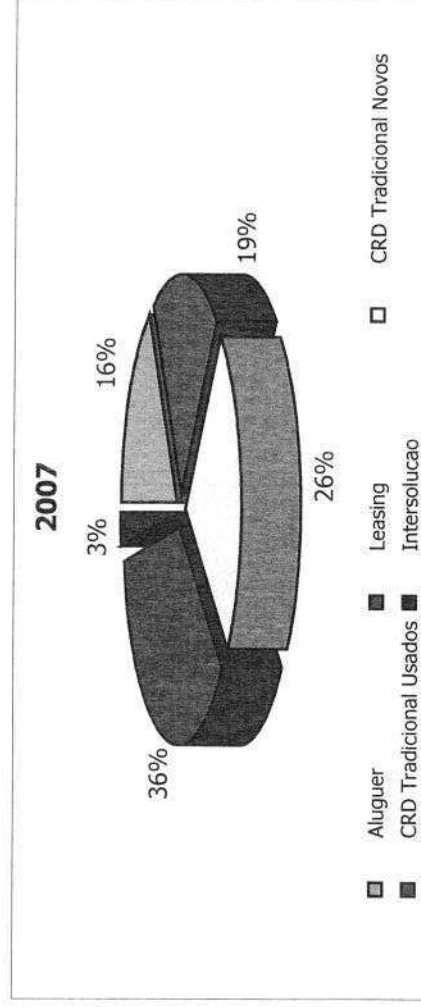
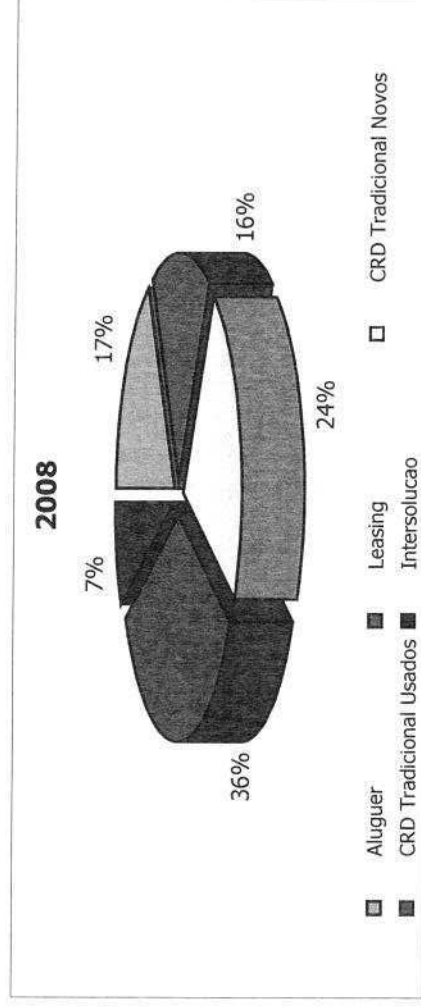


Valores em milhões de euros

O projecto de expansão no segmento de financiamento no negócio Não Franchisado que tinha como objectivo inverter uma redução da carteira, por expansão no volume de capital financiado a margens líquidas de risco mais favoráveis do que no negócio de financiamento no segmento de distribuição automóvel Franchisado (concessionários de marca), teve resultados positivos e favoráveis mas que não foi suficiente para compensar uma redução da carteira de crédito ao consumo (não automóvel).

Mix de Produtos

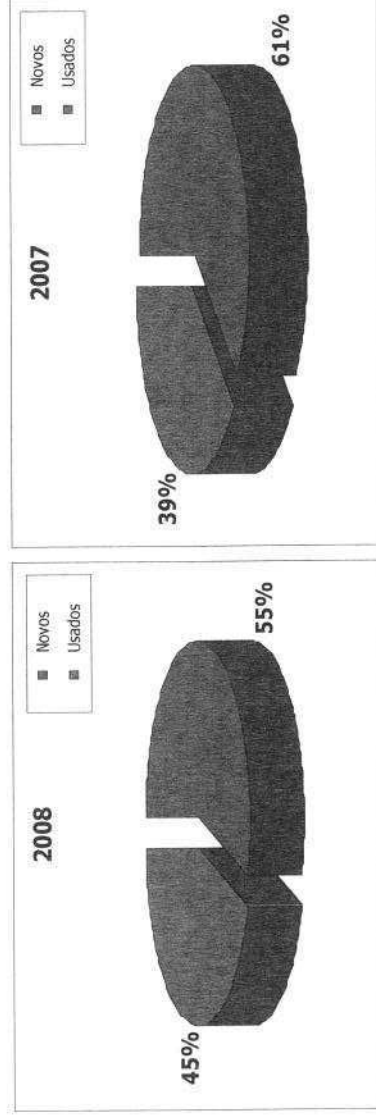
Em termos de capital financiado em 2008, a evolução do mix de produtos revela um comportamento de alguma forma similar ao de 2007, com maior peso do Crédito e uma diminuição no peso do Leasing devido essencialmente à continuidade da abordagem implementada ao mercado de viaturas usadas tendo presente que o Crédito é o principal produto utilizado neste segmento de mercado. No ano 2008 o Intersolução, produto singular no mercado de financiamento automóvel a cliente final, obteve um crescimento significativo fruto do reposicionamento da sua oferta a partir da segunda metade do ano.



Estado do Bem

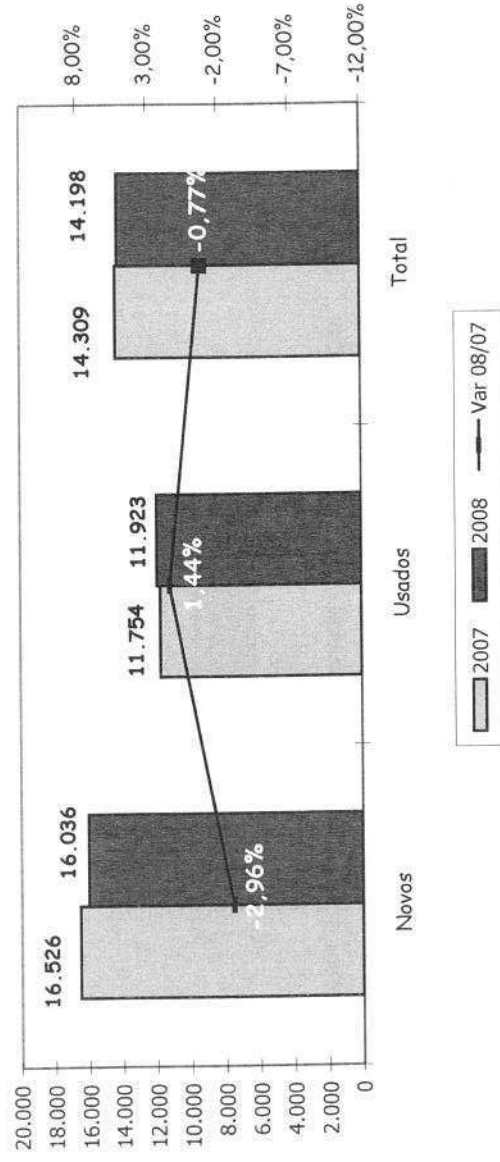
O peso relativo do financiamento a automóveis usados em 2008 assumiu preponderância, fruto da redução assistida na venda de viaturas novas.

17
J. B. S.
J. B. S.



Relativamente ao capital financiado médio por contrato, foi registado uma redução de 3% devido essencialmente à actualização verificada no preço das viaturas novas, pois como é sabido a alteração da política fiscal do IA e do IUC conduziu a uma redução do preço médio de venda das viaturas novas. Já no que se refere às entradas iniciais observaram-se valores semelhantes aos de 2007.

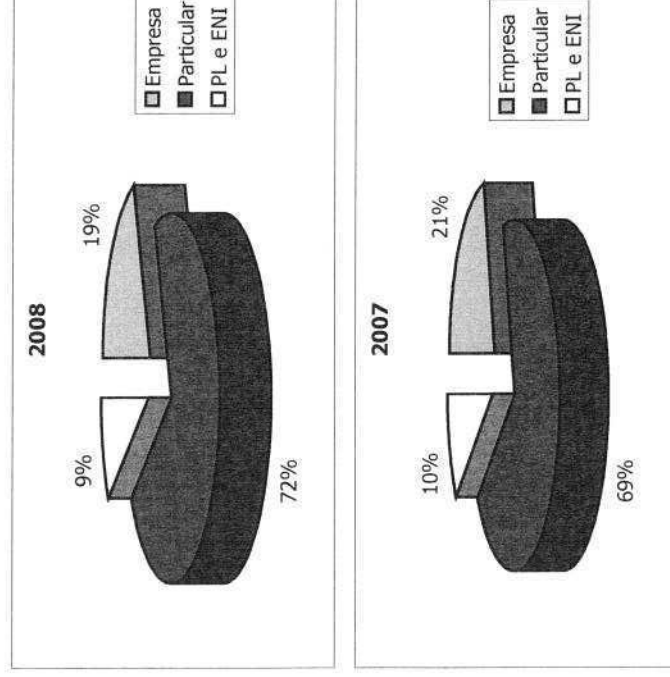
CAPITAL FINANCIADO MÉDIO POR CONTRATO



Tipo de Cliente

Analisando a distribuição do capital financiado por tipologia de cliente, após se ter constatado uma alteração significativa em 2007, em 2008 houve uma consolidação do aumento do peso dos particulares que ascendeu a 72%. Este movimento teve por contrapartida o decréscimo registado na categoria dos Empresários em Nome Individual e Profissionais Liberais que reduziu 300pb fruto da conjuntura económica (naturalmente também relacionado com as menores vendas / matrículas de comerciais ligeiros). Para este facto terá contribuído a quebra em matéria de

investimento destes agentes no contexto da fragilidade económica e financeira que se continuou a verificar durante todo o ano de 2008, também por reflexo da crise dos mercados financeiros.



A análise do capital financiado médio por contrato em função da tipologia de clientes corrobora as conclusões anteriormente apresentadas, à que acresce o efeito gerado com o aumento do peso no financiamento de automóveis usados apresentando um capital financiado médio inferior aos demais sub-segmentos de clientes final.

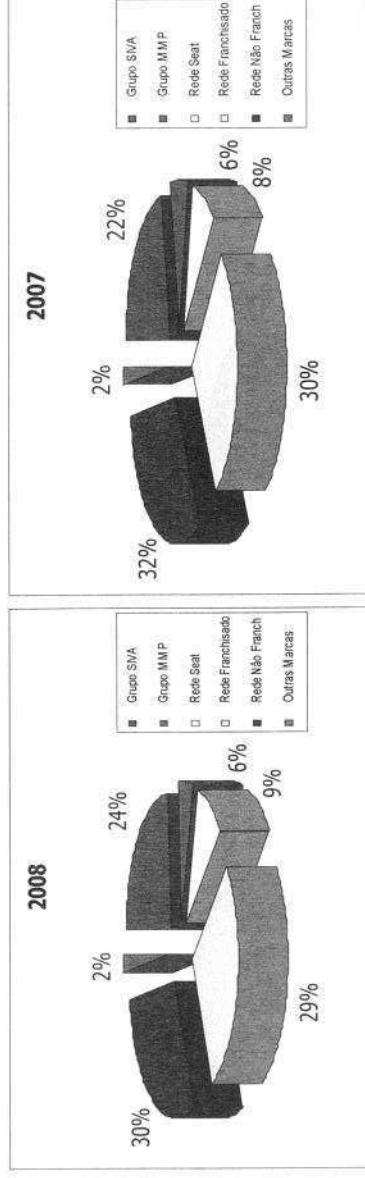
ACTIVIDADE NAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO

Redes de Distribuição Automóvel

A análise de captação de novos negócios, em termos de volume de capital financiado, por parte das diferentes redes comerciais constituídas no seguimento da reestruturação das áreas comerciais (mantendo na base os critérios adoptados em anos anteriores quanto aos agrupamentos entre acordos existentes e segmento multimarca) apresenta-se da seguinte forma:

19

[Handwritten signatures and initials]



Através de uma análise cuidada ressalta que as marcas ligadas ao Grupo VW mantêm o seu peso relativo no total do capital financiado, e que o negócio suportado em grupos de retalho teve uma redução ligeira da sua contribuição por contrapartida de um negócio suportado na rede Não Franchisada ou Franchisada independente. Este facto reflecte o posicionamento do Banco quanto às redes de distribuição premiando uma gestão prudente das margens de negócio.

▪ Marcas e Rede Franchisada

As redes de Marcas, registaram alteração do seu peso na sua contribuição para o volume total de produção do Banco para cerca de 41% (+300 pp face a 2007), agregam os negócios com origem nas seguintes redes de concessionários:

- Volkswagen, Audi e Skoda representadas pela SIVA em Portugal
- Mitsubishi – acordo de parceria com o distribuidor MMP para Portugal
- SEAT – acordo de parceria com o fabricante e distribuidor para Portugal
- Kia e Izusu – acordo de parceria com o distribuidor para Portugal
- Mazda – acordo Pan Europeu com a Mazda Motor Europe (implementado em Fevereiro de 2009)

Apesar de termos reduzido o peso dos grupos multimarca no total da produção, por via do aumento da rede Não Franchisada e dos Franchisados independentes com acordo de marca, continuamos a nossa política de conjugação da sua relação de prestação de serviços de financiamento de marca com a concentração com os Grupos de Retalho assegurando as parcerias que, durante todo o ano – à semelhança das marcas – veio a ser determinante na contribuição para o total do volume de capital financiado em 2008. Nomeadamente Grupo Salvador Caetano, Grupo Entrepasto, Grupo Evicar, Grupo Soauto, Grupo M Coutinho, Grupo MS Car e Grupo Gocial e JAP Automotive são alguns exemplos.

As marcas com quem o Banco mantém protocolos específicos de gestão integrada do financiamento à actividade dos seus concessionários e o financiamento ao retalho foram responsáveis por um volume de capital financiado de 151 milhões de euros angariado em 2008. Estas parcerias assumem grande relevância num quadro de crescimento de vendas a retalho moderado que, conjugado com escassez se liquidez, primam por combinar favoravelmente o capital financiado em relação ao capital empregue que suporta a actividade dos próprios concessionários.

De facto, algumas destas marcas registaram um aumento nos níveis de aderência nas vendas de viaturas novas bastante expressivo também por via da consolidação do posicionamento de benefícios proporcionados às várias redes de concessionários, ao abrigo dos Protocolos

Financeiros, com vista à sua adequação ao mercado de financiamento e à realidade das vendas de cada marca *de per si*. A permanente adequação do pricing em vigor ao contexto de taxas do mercado, foi uma preocupação constante, com maior incidência durante toda a segunda metade de 2008, com uma grande preocupação ao nível da rentabilidade do novo negócio.

▪ Rede Não Franchisada

O volume de financiamento angariado pela rede de Não Franchisados situou-se nos 105 milhões de euros que compara com 120 milhões de euros em 2007.

Nesta esta área de negócio, a actividade comercial centrou-se na manutenção das parcerias cuja rentabilidade gerada, por via do financiamento ao cliente final, estivesse em linha com os requisitos accionistas. Considerando que o crescimento e reforço de um vasto número de parcerias com grupos de retalho automóvel focalizados no segmento dos usados, gerado durante o curso de 2006 e 2007, houve necessidade de segmentar as parcerias com concessionários, assim como relativamente a um conjunto alargado de acordos.

Não obstante o referido, é importante salientar o elevado contexto de competitividade do mercado de financiamento nesta área de negócio que, de alguma forma, condiciona as condições nas quais o Banco consegue gerir e aprofundar os acordos angariados. No entanto, na derradeira parte do ano, a escassez de liquidez nos mercados financeiros veio a tornar-se um ponto forte para o Banco, pois o Grupo Santander manteve condições de acesso ao mercado sempre mais favoráveis do que os players internacionais, assim como relativamente a operadores locais. Foi por esta via que o Banco obteve uma subida da quota de mercado no último trimestre, conseguindo finalizar o mês de Dezembro com 18,6%.

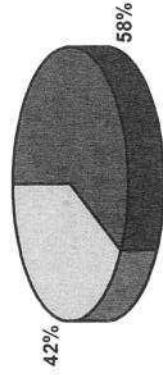
Redes de Distribuição Crédito ao Consumo / Cartões de Crédito

O modelo de distribuição de crédito ao consumo passa por estabelecer parcerias com pontos de venda com o objectivo de financiar bens e serviços vendidos a cliente final. O Banco tem uma plataforma muito versátil que permite não só actuar em diversos sectores (electrodomésticos, mobiliário, viagens, saúde, etc) com combinações de produto adequadas a cada segmento de negócio.

A actividade conseguida durante 2008, tal e qual como aconteceu com as demais linhas de negócios foi severamente influenciada pela evolução do custos e proveitos equiparados e da redução das vendas a retalho. As parcerias suportadas nas relações comerciais com grandes retalhistas que actuam na Grande Distribuição como sejam Staples Office Center, Media Markt, Rádio Popular foram essenciais para a continuidade da distribuição dos produtos financeiros, sendo que houve um conjunto de cadeias de distribuição que se viram severamente reduzidas, muitas vezes pela impossibilidade de manutenção da actividade do próprio retalhista, como aconteceu, por exemplo, com a Chip 7 e também no pequeno retalho independente.

O plano operacional do Banco, em 2008, para esta actividade seguiu as linhas de orientação apresentadas em 2007, isto é, manter uma distribuição equilibrada entre as distintas redes, associada a uma gestão bastante prudente quanto ao risco de crédito, tendo voluntariamente sido selectivo na escolha das parcerias. Durante 2008 o volume de capital financiado total atingiu 51 milhões de euros contra 62 milhões de euros no ano anterior.

2008



■ Grande Distribuição □ Pequeno Retalho

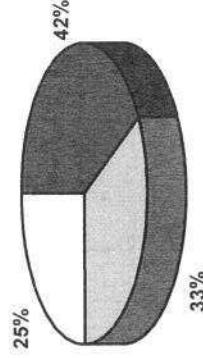
2007



■ Grande Distribuição □ Pequeno Retalho

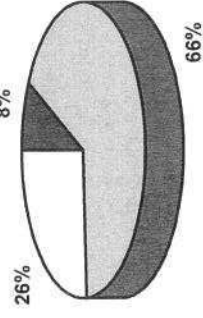
Já quanto aos cartões de crédito, essencialmente comercializados por via do x-sell à base de clientes (a angariação no ponto de venda, neste caso sob a modalidade de *co-branding* foi reduzida a um conjunto muito limitado de parcerias) teve uma facturação total de cerca de 24 milhões de euros, equiparada a 2007 e nos cartões privados o total de transacções captadas ascendeu a 8 milhões de euros. Assim a distribuição teve a seguinte composição:

2008



■ X-Sell □ Distribuição □ Privativos

2007



■ X-Sell □ Distribuição □ Privativos

As actividades de marketing directo para cartões de crédito tiveram uma atenção especial na dinamização da percentagem de activação e de conversão para utilização em "revolving", tendo sido testados um conjunto de mecanismos promocionais.

EVOLUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, as instituições financeiras têm de preparar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Em consequência, as contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. aqui apresentadas, foram elaboradas de acordo com as ditas IAS/IFRS, enquanto que as suas Demonstrações Financeiras estatutárias foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme estabelecido pelo Banco de Portugal.

Em 2 de Janeiro de 2007, as Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e Santander Consumer, E.F.C., S.A. foram incorporadas no Banco, através da transferência patrimonial de activos e passivos, pelo que as demonstrações financeiras de 2008 já são integralmente comparáveis com as do exercício anterior, pelo menos no que concerne à questão do seu perímetro.

No prosseguimento da estratégia de crescimento, a Assembleia Geral de accionistas do Banco Santander Consumer Portugal decidiu, em 2 de Janeiro de 2007, e concretizando a concentração das actividades do Santander Consumer em Portugal no Banco, ampliar o Capital Social de 37.500.000 Euros para 66.595.947 Euros, através da emissão de 29.092.947 novas acções e com um prémio de emissão de 12.790.664 Euros, reflectindo a aposta clara da estrutura accionista do Banco na estratégia de expansão da actividade, suportada por princípios de gestão criteriosa e solidez financeira.

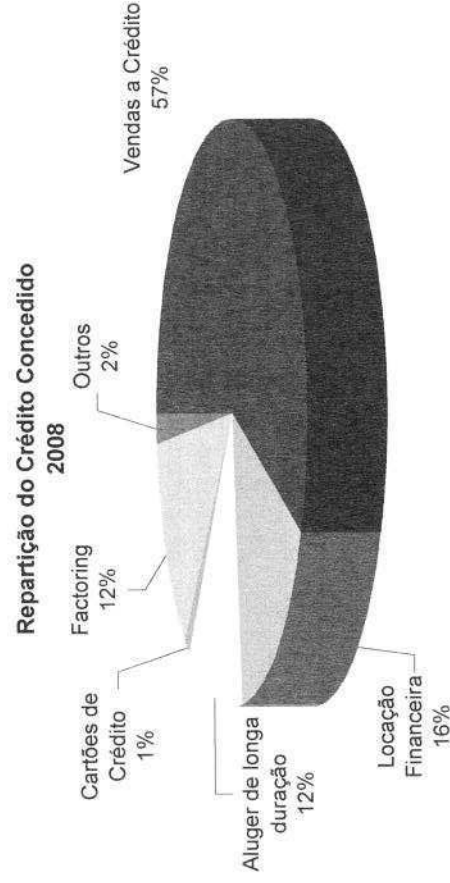
Na sequência de deliberação da Assembleia Geral de accionistas do Banco Santander Consumer Portugal, de 7 de Outubro de 2008, e tendo presente a supra mencionada solidez financeira do Banco, foi aprovada a primeira distribuição de dividendos aos seus accionistas, no montante total de 14.516.753,40 Euros, equivalente a 90% do resultado líquido do Banco apurado no período com referência a Dezembro de 2007 (em base individual). O pagamento foi concretizado no dia 15 de Dezembro de 2008.

Por ultimo, e ainda que irrelevante do ponto de vista da elaboração das contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. aqui apresentadas, importa salientar que no prosseguimento da simplificação da estrutura societária do Banco, em Assembleia Geral de accionistas realizada em 31 de Dezembro de 2008, deliberou a dissolução e liquidação imediata da IT Car – Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A., cujo capital social era anteriormente detido a 100% pelo Banco, tendo em consequência sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus activos e passivos.

Balanço Consolidado (IAS)

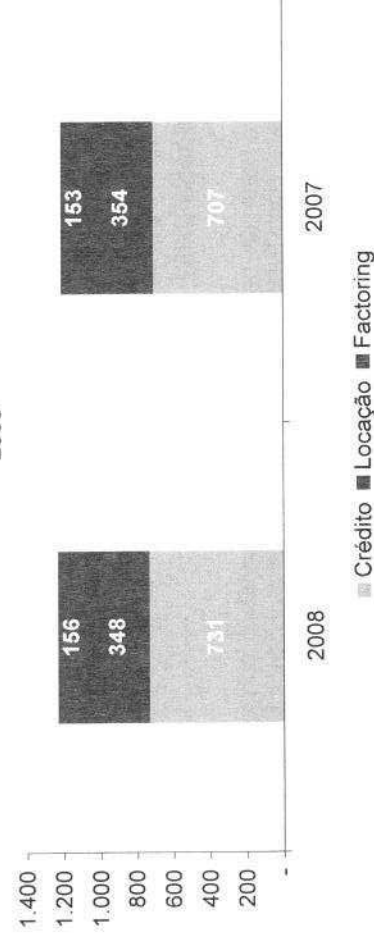
No final de 2008 o valor de balanço do crédito consolidado concedido a clientes, líquido de provisões, ascendia a 1.297 milhões de euros, 1,7% acima do valor final do ano transacto. Apesar do enquadramento adverso registado ao longo do ano em termos dos novos volumes de financiamento, o valor do crédito consolidado evoluiu favoravelmente, por um lado, impulsionado pela expansão e crescimento na rede de não franchisados, suportado pela alteração do modelo comercial no segmento automóvel, por outro, pela dinamização de novas linhas de negócio no balanço do Banco como seja Crédito ao Directo e os Cartões de Crédito *Co-Branded* e Cartões de Crédito Privativos. O financiamento a intermediários, através de linhas de crédito e do Factoring contribuiu positivamente para o crescimento do activo no ano findo, revelando o seu carácter diferenciador no actual panorama do mercado português de financiamento ao consumo. A repartição do crédito consolidado concedido a clientes, líquido de provisões, do Banco Santander Consumer Portugal, no final do exercício de 2008 era a seguinte:

23
D.D.
T x B



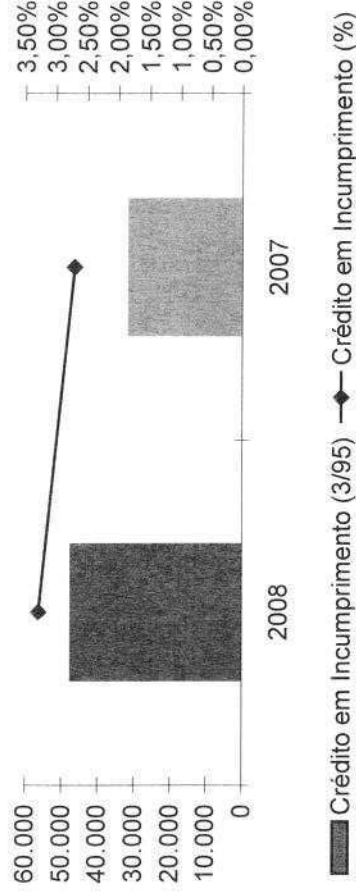
A componente de financiamento a cliente final, que representa o *core business* do Banco Santander Consumer Portugal, era responsável por 88% desta carteira, sendo os 12% remanescentes financiamento à rede de prescritores e importadores automóveis com quem o Banco trabalha. Já no que se refere ao financiamento de *stock* a concessionários automóveis, nomeadamente no que se refere ao crescimento de 5% registado na componente de Factoring de 153 milhões de euros em 2007, para 156 milhões de euros, em final de ano de 2008, atesta o crescimento da actividade registado, pela incorporação de novos acordos, mas também reflecte as condições adversas no escoamento de veículos, experimentadas em particular por concessionários de algumas das marcas dos principais parceiros de negócio do Banco.

Evolução do Crédito Vencendo 2008



O crédito com incumprimento, nos termos da Instrução 16/04 do Banco de Portugal, representou 3,3% do crédito total concedido, agravando o rácio de 2,7% registado em 2007, fruto do efeito combinado da conjuntura económica vivida ao longo do ano de 2008, que no seu primeiro semestre foi particularmente afectada pela alta das taxas de juro na zona Euro e dos preços das *commodities*, assistindo-se na segunda metade do ano ao adensar da crise financeira internacional. Estes factos conjugados implicaram uma deterioração nos níveis de incumprimento registados durante o exercício, especialmente afectando o segmento de particulares.

Evolução do Crédito Em Incumprimento (Aviso 3/95)



O rácio de crédito vencido acima dos 90 dias cifrou-se em 2,6% e o montante de imparidade de crédito acumulada em balanço apresentou uma cobertura de 116% do valor dos créditos mora, valor idêntico ao registado no ano transacto, apesar do registo de algum acréscimo do valor da sinistralidade, atesta a escrupulosa e conservadora abordagem na gestão e mitigação do risco de crédito. O saldo da imparidade para créditos vencidos e de cobrança duvidosa somava 55 milhões de euros no final do ano.

Conta de Resultados Consolidada (IAS)

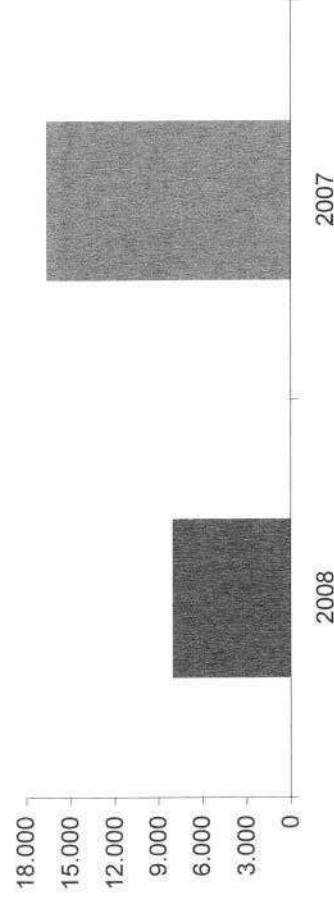
O resultado líquido IAS consolidado atingiu os 8,025 milhões de euros no final de 2008, resultando numa variação de – 51,8% face ao indicador homólogo de 2007. Este valor atesta o enquadramento difícil verificado no ano de 2008, nomeadamente ao nível das dotações líquidas para a imparidade de crédito resultantes do incremento dos valores de incumprimento verificados. Há contudo a salientar a performance dos seguintes factores para o desempenho registado no exercício de 2008 face ao período homólogo:

- (i) Crescimento da margem financeira de 5,1%, acima do crescimento do activo líquido (1,7%), reflectindo uma estratégia concertada, em todas as linhas de negócio, de adequação dos níveis de *pricing* aos respectivos perfis de risco e às condições de financiamento da actividade, que registaram, por força das condições do mercado financeiro, um acréscimo face ao ano transacto pressionando a compressão da margem; Crescimento de 1,4% do produto bancário face ao ano de 2007, em linha com o valor registado de crescimento do activo líquido para o mesmo período (1,7%), resultado das diversas políticas de optimização das diversas rubricas elegíveis que compõem este indicador, nomeadamente pela dinamização da actividade de intermediação de seguros, espelhando a alteração de posicionamento do Banco e pelo alargamento do leque de oferta desta tipologia de produtos aos clientes;
- (ii) As diversas iniciativas de racionalização de processos e melhoria de eficiência operativa possibilitaram um decréscimo dos custos de transformação entre 2007 e 2008 de 9,8%, com o rácio de eficiência a situar-se em 43,7% contra os 49,2% do ano passado. As sinergias obtidas pela concentração da actividade em Portugal ficam particularmente assinaladas na evolução dos custos com o pessoal, que cresceram face a 2007, 13,9% quando o número de colaboradores permaneceu relativamente estável, de 224 em 2007 para 225 no final de 2008.
- (iii)



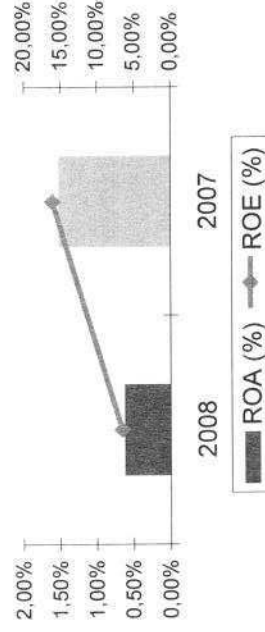


Evolução do Resultado Líquido



Os indicadores de rentabilidade do exercício do ano 2008 foram necessariamente afectados pela redução registada no resultado líquido do exercício face ao valor de 2007. De salientar que na análise comparativa do resultado líquido, o impacto das dotações do exercício esteve na origem do decréscimo face ao ano transacto. Assim, se à rubrica do produto bancário forem deduzidos os custos de transformação, o crescimento registado é de 12,3% face a 2007, evidenciando o carácter recorrente das fontes de proveitos, por um lado, e por outro a constante procura de melhorias e eficiências operativas. Com isto, face ao resultado líquido do exercício de 2008, a rentabilidade média dos capitais próprios (ROE) situasse nos 6,6%, quando este valor em 2007 foi de 16,6%. No que se refere à rentabilidade média do activo (ROA), esta situou-se em 0,6% em 2007, que compara com o valor de 1,5% do ano de 2007. No que respeita ao Rácio de Solvabilidade consolidado, registou um valor de 11,1%, com especial referência para o rácio dos fundos próprios de base que passou de 8,4% em 2007 para os 9,7% no ano de 2008.

Rentabilidade (%)



GESTÃO FINANCEIRA

O exercício de 2008 ficou essencialmente marcado pela evolução adversa da envolvente macroeconómica, nomeadamente com a deterioração de comportamento dos mercados financeiros (que se consubstanciou em dificuldades de liquidez para muitas instituições financeiras), e pelo agravamento dos principais indicadores económicos, com repercussões bastante negativas ao nível do emprego e do rendimento disponível das famílias.

Em circunstâncias complexas como aquela que foi vivida em 2008, o facto de estar integrado num Grupo financeiro de cariz global aporta evidentes e importantes benefícios, tendo sido precisamente essa a situação vivida pelo Banco Santander Consumer Portugal ao ser parte integrante do Grupo Banco Santander- com reflexos bastante positivos na gestão financeira corrente, e na adequação de procedimentos, políticas e estratégias para a gestão, medição e mitigação dos riscos financeiros inerentes à actividade.

Neste contexto, a gestão financeira do Banco Santander Consumer Portugal, desenvolvida pela Direcção Financeira, e tendo como pano de fundo as orientações do Conselho de Administração, norteou-se pelos seguintes objectivos fundamentais ao longo do ano:

- Ainda que fora do âmbito da gestão financeira “*stricto sensu*”, proceder a revisão profunda da política seguida pelo Banco em matéria de rendimentos oriundos de serviços e comissões, alinhando com as melhores práticas de mercado, e desenvolver procedimentos adequados para monitorização assertiva da evolução diária dos riscos específicos de crédito associados à carteira de crédito concedido a clientes;
- Adopção das melhores práticas em termos de gestão dos riscos financeiros, quer por via das políticas preconizadas de assunção e mitigação da exposição ao risco de liquidez e taxa de juros, quer por via das economias de escala e âmbito proporcionadas pela pertença ao Grupo Banco Santander, com reflexos na sua capacidade competitiva;
- Assegurar a liquidez necessária ao correcto desenvolvimento do negócio, mantendo uma relação equilibrada entre capitais próprios e alheios com o fito de maximizar a rentabilidade dos accionistas sem prejudicar a solidez financeira da instituição;
- Manter, com o apoio da tesouraria do Grupo Santander Central Hispano, uma política activa e dinâmica de cobertura da exposição do banco aos riscos financeiros (liquidez e taxa de juro) inerentes ao seu negócio.

a) *Financiamento do negócio*

Os novos contratos de Crédito, Leasing e ALD têm, na sua origem, prazos que em média se situam ligeiramente acima dos 5 anos, pelo que o financiamento adequado do negócio deve ter em conta este facto, tendo igualmente em linha de conta que estes mesmos prazos se têm vindo a dilatar por força dos requisitos do mercado.

As diferentes necessidades financeiras subjacentes ao financiamento destes activos foram satisfeitas através de um *mix* equilibrado de capitais de curto e médio prazo. Assim, sob o enquadramento das linhas de orientação de anos anteriores, assentes na garantia da solvabilidade da instituição, na estabilidade da respectiva tesouraria e na obtenção de custos de financiamento competitivos, negociaram-se os passivos adequados, em termos de duração, aos activos do banco, observando-se simultaneamente os requisitos prudenciais impostos pelo Banco de Portugal e pelos accionistas.

Empréstimos Obrigacionistas e de Médio e Longo Prazo


27



O Banco assenta a sua estrutura de financiamento em grande medida em operações em mercado monetário, com uma *duration* média ligeiramente acima dos 2 anos, para adequação à *duration* média do Activo. Estas operações são contratadas integralmente junto da Tesouraria do Banco Santander Consumer Finance, em Espanha. O acesso permanente a linhas de liquidez de elevada estabilidade permite ao Banco, dentro de uma gestão de elevado rigor, dirigir parte deste esforço e sinergias para o seu *core business*, auferindo assim uma importante vantagem competitiva em termos de mercado onde se insere, dada a turbulência registada nos mercados financeiros internacionais, nomeadamente pelas restrições à liquidez e à volatilidade por estes induzida na estrutura temporal de taxas de juro de mercado.

Financiamento dos activos de curto prazo

Tal como em anos anteriores, e uma vez que este tipo de crédito se destina sobretudo a apoiar as aquisições de existências por parte dos Concessionários com os quais o Banco tem acordos de colaboração, o financiamento desta actividade foi efectuado, quase exclusivamente, com base nas contas correntes bancárias de que o Banco dispõe ou em operações de tomada de fundos de curto prazo.

b) Estratégia de Gestão de Riscos Financeiros

No ano de 2008 o Banco prosseguiu uma gestão conservadora dos riscos financeiros inerentes ao seu negócio, nomeadamente no que se refere aos riscos de taxa de juro e de liquidez.

O acompanhamento, monitorização dos riscos de mercado e as decorrentes coberturas negociadas para garantir a adequação das maturidades e do perfil de taxa de juro dos activos e passivos do Banco Santander Consumer Portugal foram implementadas, em estreita coordenação com a tesouraria do Grupo Santander Central Hispano, ficando naturalmente sujeitas às regras e políticas de supervisão locais.

Risco de Taxa de Juro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. mede, em base mensal (ou pontualmente, quando considerado apropriado), a sensibilidade do valor actualizado do somatório dos *cash-flows* futuros da carteira de negócio (activos de natureza comercial e financeira), com os *cash-flows* do respectivo passivo associado a uma subida paralela de 1% na curva de taxas de juro do mercado interbancário.

Para mitigar o risco de subida das taxas de juro, o Banco Santander Consumer Portugal recorre a operações de mercado monetário, contraindo empréstimos junto do Banco Santander Consumer Finance S.A., em Espanha, por montantes e prazos que possibilitam a imunização dos *cash flows* da carteira (Activo) e do passivo a movimentos adversos na estrutura temporal de taxas de juro no mercado interbancário.

No decorrer do exercício de 2008, e com o objectivo de diversificar as suas fontes de financiamento bem como de redução do seu custo implícito, o Banco Santander Consumer Portugal decidiu avançar para uma nova operação de titularização de créditos. Até definição do limite máximo de posições em risco a titularizar, e com o objectivo de maximizar o montante elegível do seu passivo para renovar no âmbito daquela operação, o Banco Santander Consumer Portugal passou a concentrar uma parte significativa dos empréstimos obtidos, em prazos residuais de vencimento à vista ou até um mês.

Nesta conformidade, em 31 de Dezembro de 2008, o risco de taxa de juro do balanço do Banco, medido de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, que assume, entre outros factores, um movimento de 200 pontos básicos paralelo na estrutura de taxas de juro, era de 6.027 milhares de euros de impacto negativo nos capitais próprios, montante substancialmente

superior ao verificado no período homologado (1.169 milhares de euros), mas ainda assim perfeitamente aceitável dada a solidez do Banco, representando apenas 5% dos seus fundos próprios elegíveis.

Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária
Instrução nº 19/2005 - Banco de Portugal

Divisa: Milhares de EUR

Dez-08

Banda temporal	Ativos (+)	Passivos (-)	Posição (+/-)	Situação Líquida	
				Fator de ponderação (1)	Posição ponderada (2)
à vista - 1 mês	245.405	465.323	-219.918	0,08%	176
1 - 3 meses	294.933	20.000	274.933	0,32%	-880
3 - 6 meses	66.919	51.000	15.919	0,72%	-115
6 - 12 meses	119.107	122.000	-2.893	1,43%	41
1 - 2 anos	161.824	210.000	-48.176	2,77%	1.334
2 - 3 anos	130.916	150.000	-19.084	4,49%	857
3 - 4 anos	101.734	100.000	1.734	6,14%	-106
4 - 5 anos	70.255	60.000	10.255	7,71%	-791
5 - 7 anos	64.476	0	64.476	10,15%	-6.544
7 - 10 anos	0	0	0	13,26%	0
10 - 15 anos	0	0	0	17,84%	0
15 - 20 anos	0	0	0	22,43%	0
> 20 anos	0	0	0	26,03%	0
				Total	-6.027

Risco de Liquidez

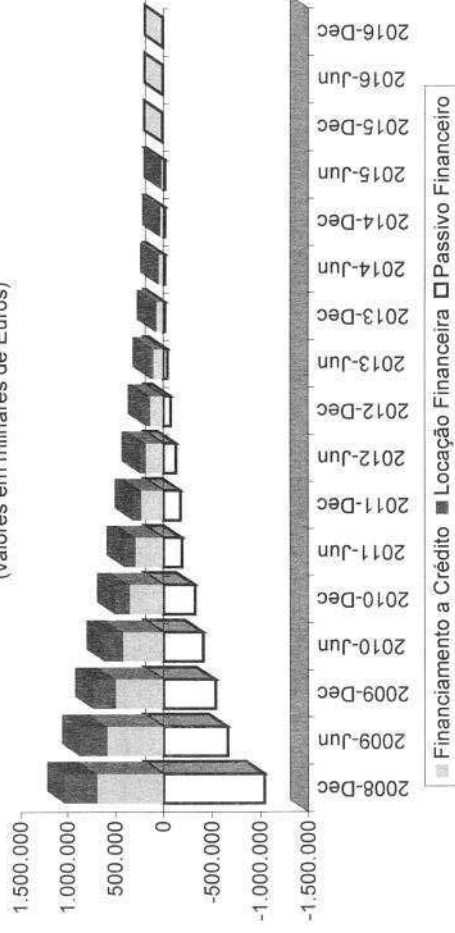
Em virtude da inserção do Banco Santander Consumer Portugal no Grupo Santander Central Hispano, maior grupo financeiro a nível Ibérico, e entre os dez primeiros a nível mundial (por capitalização bolsista), o risco de liquidez do Banco encontrava-se completamente mitigado, com linhas de crédito aprovadas de 2.200 milhões de euros, limites que se situavam cerca de 100% acima das suas reais e efectivas necessidades.

Não obstante o Banco Santander Consumer Portugal prosseguir com a política de continuada adequação de activos e passivos em termos de perfis de maturidades, em 31 de Dezembro de 2008 observava-se uma ligeira concentração de empréstimos obtidos, em prazos residuais de vencimento à vista ou até um mês, por forma a maximizar o montante elegível do seu passivo para renovar no âmbito da operação de titularização de créditos.

Decorrente desse efeito, o rácio de liquidez do Banco Santander Consumer Portugal, apurado nos termos do que é exigido pelo Banco de Portugal, na instrução nº 1/2000, em 31 de Dezembro de 2008 ascendia a 57%.

29

Perfil de Maturidades a 31 de Dezembro de 2008
(valores em milhares de Euros)



c) *Gestão dos Recursos Próprios*

Na sequência do desenvolvimento da sua estratégia de crescimento e expansão, o Banco, avalia de forma permanente a sua política de adequação de capital de forma a:

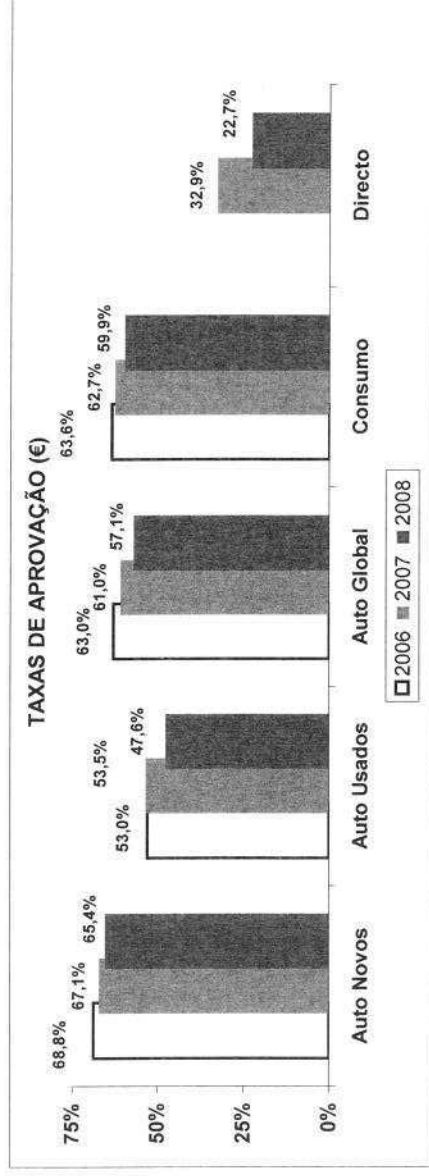
- i) Garantir o crescimento sustentado da actividade creditícia pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objectivos estratégicos;
- ii) Cumprir os requisitos impostos pelas entidades de supervisão;
- iii) Assegurar uma gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objectivo último da maximização do valor do Banco para os seus accionistas;

Em termos prudenciais e nesta matéria, o Banco encontra-se sujeito à disciplina de supervisão do Banco de Portugal. Pela aplicação das disposições regulamentares em vigor a 31 de Dezembro de 2008, nomeadamente pelos Avisos nº 12/92 e 1/93 (Basileia I), o rácio de solvabilidade cifrou-se em 10,9%, reflectindo uma postura conservadora e potenciadora do desenvolvimento da sua actividade.

No decurso do ano de 2007 deu-se a conclusão do projecto Basileia II, processo transversal a todas as áreas do Banco pelo seu carácter abrangente que culminou numa avaliação global dos custos e benefícios de adequação dos segmentos de riscos mais importantes da actividade do Banco (risco de crédito e risco operacional) para cada uma das metodologias preconizadas pelo Novo Acordo de Basileia.

Decorrente deste processo de avaliação o Banco definiu que as abordagens para a determinação do alocação de fundos próprios seguirá, conforme o estipulado pela Instrução nº23/2007 do Banco de Portugal, a metodologia do Método Padrão na componente de Risco de Crédito e na componente de Risco Operacional, guiar-se-á através do Método do Indicador Básico.

GESTÃO DE RISCO



O acompanhamento da sinistralidade no crédito foi feito de forma regular, por recurso ao Sistema de Informação de Gestão, suportado na comparação entre carteiras com igual período de originação (*vinhagens ou safras*), monitorização dos níveis de delinquência simples (%NPL) e da Variação da Mora de Gestão (VMG), permitindo aferir a adequação das políticas de crédito e de recuperação tomada ao longo dos últimos trimestres.

Durante 2008 as políticas de admissão, dos produtos com tradição de maiores níveis de delinquência, foram revistas no sentido de serem continuamente adaptadas à evolução da conjuntura. Por outro lado, especificamente para esses segmentos, foram reforçadas as medidas de prevenção à fraude.

As novas medidas de admissão, conjuntamente com as alterações ao nível da recuperação de crédito, resultaram em safras (*vinhagens*) com perfis de delinquência mais favoráveis do que as originadas naqueles produtos em finais de 2007 e no primeiro trimestre de 2008.

No seguimento da orientação estratégica do Banco, foi dada continuidade às políticas de apoio à actividade dos intermediários de financiamento através de linhas de *stocking* de usados e adiantamentos de produção, bem como da potenciação no financiamento de automóveis usados.

No seguimento dos ajustamentos necessários a tais designios, foi consolidada a separação da gestão de risco entre linhas de apoio a prescriptor e retalho e, dentro deste último segmento, iniciou-se igualmente a segmentação entre a análise de risco por estado do bem a financiar. A admissão de produtos de consumo assenta numa operativa externa, todavia sob orientação, seguimento e controlo do BSCP.

Apesar de uma evolução desfavorável do rácio de crédito vencido do Banco, que sofreu uma ampliação de 2,64% em Dezembro de 2007 para 3,81% a Dezembro de 2008, o Banco Santander Consumer Portugal continua a ser uma referência ao nível da sua solidez na gestão de risco de crédito, comparando-se com rácio de crédito vencido do sector de consumo de 3,67% e 4,69%, em Dezembro 2007 e 2008, respectivamente (fonte: Banco de Portugal).

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A Recuperação de Crédito foi, em 2008, uma área amplamente afectada pela conjuntura económica e pela política de expansão para produtos com comportamentos de maior prémio de risco. Claramente foi um ano com duas fases distintas: o primeiro semestre, em que o aumento das taxas de juro ainda não se tinha feito sentir ao nível do cliente particular e das empresas e a segunda parte do ano, fortemente influenciada pelo aumento das taxas de juro e de alguns bens consumíveis.

No final do primeiro semestre, antevendo a evolução dos mercados financeiros e o começo do impacto na economia real e nos clientes do Banco, como corolário da redução do rendimento disponível dos clientes particulares, foram alteradas muitas das táticas de recuperação de crédito.

A actividade de recuperação telefónica foi reforçada fortalecendo a capacidade, por aumento do número de operadores, prevendo-se que, já no início de 2009, com a finalização da migração da plataforma informática e a integração dos vários centros de recuperação se possam obter sinergias e melhorias de produtividade, investindo-as em aumento de capacidade de recuperação.

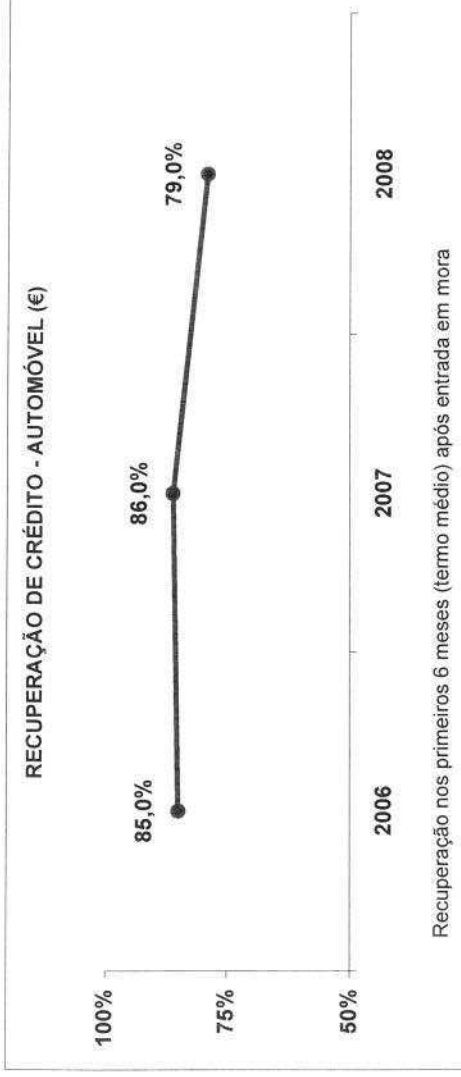
O modelo de recuperação, em termos genéricos, define-se em quatro fases: recuperação telefónica, externa, pré-contencioso e contencioso. Após as alterações efectuadas às fases de recuperação telefónicas e externa, para as quais houve um reforço nas prioridades da actividade de recuperação função da natureza dos produtos financiados, do perfil de Cliente e das rendas que se encontram vencidas na passagem de fase, as entradas mensais para mais de 90 dias de crédito vencido reduziram de 55% para 45,4% de Maio a Julho '09, no segmento de viaturas novas e de 59,6% para 48,8% de Maio a Julho '09, no segmento de viaturas usadas.

Por outro lado, as saídas para morosidade inferior a 90 dias, aumentaram de 16,6% para 20,2% no segmento de viaturas novas e 13,1% para 18,4% no segmento de usados.

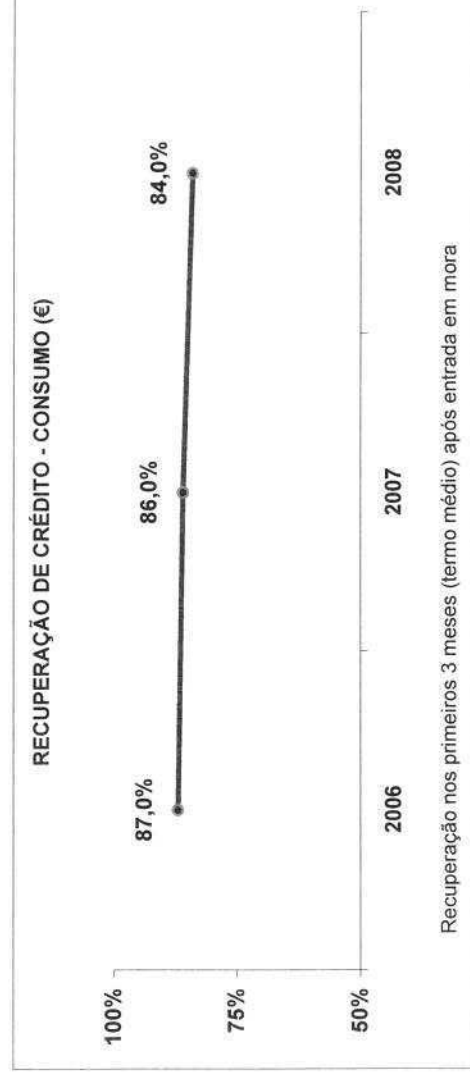
No que diz respeito aos segmentos não automóvel, as acções centraram-se ao nível do reforço da recuperação telefónica, apresentando o crédito ao consumo as melhores safras – quando ao perfil de risco de crédito – para os anos de 2007 e 2008 – significativamente melhores do que os negócios gerados em 2005 e 2006 antevendo uma boa qualidade de crédito para os momentos de crise.

Não obstante, o Banco Santander Consumer Portugal optou por manter uma cobertura de provisões para risco de crédito que não reflecte a actividade de recuperações do ano tendo, em Outubro de 2008, ajustado as suas provisões por imparidade em 4 milhões de euros, o que lhe permitirá entrar no ciclo económico desfavorável em boas condições de provisionamento (superior a 115% do crédito vencido).

Globalmente, e apesar da introdução de produtos de maior risco potencial no *portfolio* da empresa, quer no segmento automóvel, quer no segmento consumo, e do impacto da desaceleração da actividade económica, não se registam alterações significativas nos rácios, como evidenciam os gráficos seguintes.



Recuperação nos primeiros seis meses (termo médio) após entrada em mora



Recuperação nos primeiros três meses (termo médio) após entrada em mora

33

Handwritten signatures and initials.

OPERAÇÕES

Em 2008, tendo presente o princípio de transversalidade nos processos das duas estruturas de suporte aos negócios do Banco, mantivemos como elemento fulcral da nossa acção a procura sistemática da eficiência e da eficácia, tanto nas estruturas internas como na estrutura subcontratada em regime de outsourcing a um parceiro do Santander Consumer, a Konecta, muito sustentados em princípios de melhoria contínua, através da observação sistemática a todos os processos de forma recorrente e por todos os colaboradores da direcção.

Na perseguição daqueles objectivos, a optimização de processos foi uma constante no decurso do ano e em todas as áreas da Direcção de Operações. Tais optimizações tiveram sempre subjacente a perspectiva de se conseguir cada vez mais uma boa qualidade do processo e de redução de custos.

Tendo presente o exposto é importante referir um aspecto fundamental com impacto no desempenho da Direcção de Operações. O Banco Santander Consumer Portugal identificou como designio estratégico em termos de suporte, a integração dos seus processos numa única plataforma informática eliminando assim as necessidades de manutenção diferenciada de processos em dois sistemas, cada um deles oriundo das sociedades que lhe deram origem.

Para a Direcção de Operações, tal integração de sistemas com migração para uma plataforma única, demonstrava-se essencial para a consecução dos seus objectivos de transversalidade, eficiência e eficácia, daí que o envolvimento massivo de equipas no acompanhamento de tal integração tenha sido uma realidade objectiva durante todo o ano de 2008. A participação das equipas verificou-se, numa primeira fase, na definição das especificações e posteriormente nos testes e acompanhamento das diversas implementações, dado que as mesmas foram faseadas.

O esforço inerente a esta participação, numa direcção cujos recursos são essencialmente destinados à operacionalização do negócio e à gestão das equipas e dos processos, limitou o desenvolvimento de novos processos, sendo o foco muito mais centrado na racionalização dos processos existentes, com impactos em custos, e na estabilização dos mesmos processos em termos de níveis de serviço. De qualquer forma é evidente que, em 2009, e perante um cenário de plataforma única, abrem-se perspectivas extremamente positivas no que diz respeito à reorganização dos processos no sentido da potenciação das sinergias.

Não obstante em 2008 a Direcção de Operações ter sido muito absorvida no processo de integração/migração de sistemas, importa relevar que apesar disso não se deixaram de concretizar um conjunto significativo de acções em diferentes áreas, as quais foram um contributo significativo para a diminuição do rácio de *Cost to Income* de 42,8% em 2007 para 38,1% em 2008, ou seja uma redução de cerca de 10%.

Em síntese, as acções concretizadas tiveram a sua acção centrada nas seguintes áreas temáticas:

- Optimização de Processos
 - Após a implementação da solução WEB para os parceiros do negócio de Consumo, importava maximizar o seu uso, visando essencialmente a melhoria da qualidade do processo e dos respectivos níveis de serviço. Tal foi conseguido de tal forma que hoje as propostas recebidas através daquele canal representam já 60% do total de propostas recebidas.
 - Ainda na estrutura externa deu-se continuidade a um trabalho iniciado em 2007 de sistematização de todos os processos, com eliminação daqueles redundantes e com

a optimização dos respectivos fluxos funcionais, com impacto significativo em toda a actividade nomeadamente na eliminação de contactos recorrentes de clientes, motivados pela não conclusão eficiente dos processos.

- Relativamente ao negócio Automóvel, também o seu processo de captação sofreu diversas optimizações ao longo de 2008, com diversas medidas implementadas, visando também essencialmente a melhoria da qualidade dos processos e dos respectivos níveis de serviço. O resultado foi a manutenção dos níveis de serviço em patamares que representam uma melhoria de cerca de 35% face ao cenário pré-optimização.

- Optimização de Estruturas

- Ainda sem a integração de sistemas concluída procedeu-se em 2008 a alguns ajustamentos de estruturas, com transferência de processos entre a estrutura externa e a estrutura interna, e mesmo entre direcções internas do Banco, visando a obtenção de sinergias e a preparação das equipas para o cenário de sistema de suporte único.

- Racionalização de Custos

- Foi implementado o conceito do Grupo para uma Gestão Integrada de Custos por Natureza, visando o acompanhamento e crítica a todas as linhas de custos de forma independente da Direcção Financeira.
- O modelo foi adaptado à nossa realidade específica e na sequência da sua implementação foram identificados custos específicos com potencial de redução e cuja concretização foi um facto durante 2008, nomeadamente através da identificação da melhor localização das estruturas físicas do Banco com redução e renegociação dos espaços ocupados e da renegociação de outros contratos de prestação de serviços de terceiros.

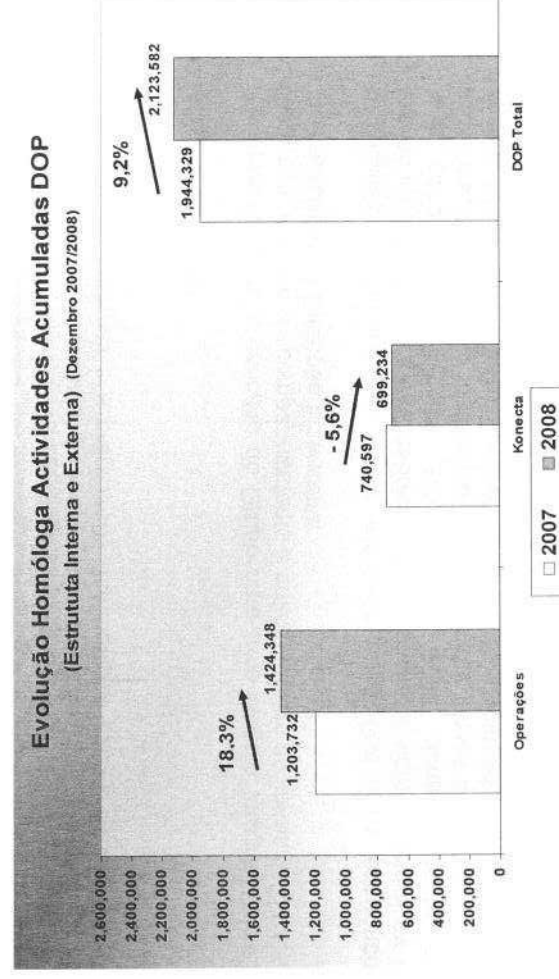
- Controlo Operacional

- Nesta matéria a nossa actuação foi diversa e sustentada essencialmente em garantir que a realização das operações se efectuava de forma adequada e de acordo com as normas e procedimentos instituídos, pois ao garantir-se tal adequação, existe garantia de qualidade e salvaguarda de potenciais perdas derivadas de erros e ou omissões.
- Assim, em 2008 foram efectuadas cerca de 300 verificações aos *check-lists* instituídos nas diversas áreas; foi dada especial atenção à análise e consequente resposta a todas as reclamações, em tempo útil inferior ao que se encontra estabelecido nos níveis de serviço desejáveis e, por fim foi, dado especial cuidado à melhoria da informação não transaccional constante das nossas bases de dados, eliminando eventuais redundâncias motivadas pela existência de dois sistemas de suporte diferentes.
- Ainda no decurso de 2008 e de forma a dar resposta a preocupações manifestadas pela Direcção de Risco e Recuperação do Banco, foi implementado um processo de validação excepcional, independente e prévio à realização de determinadas operações, isto para além das verificações normalmente instituídas. Tal processo, constituído pela verificação de dados com recurso a fontes diversas do cliente e do prescriptor, levou a que o Banco rejeitasse a realização de determinados negócios com sério potencial de incumprimento ou com indícios de fraude.



No que se refere á actividade em concreto pode verificar-se no mapa seguinte o crescimento de 9,2% no total de actividades (Contratos; Propostas; Cartões; Chamadas; Meios de Pagamento; Operações de BackOffice; etc.), desenvolvidas entre 2007 e 2008 e na globalidade da Direcção de Operações, ou seja, considerando a estrutura interna (Operações) e a estrutura externa (Konecta).

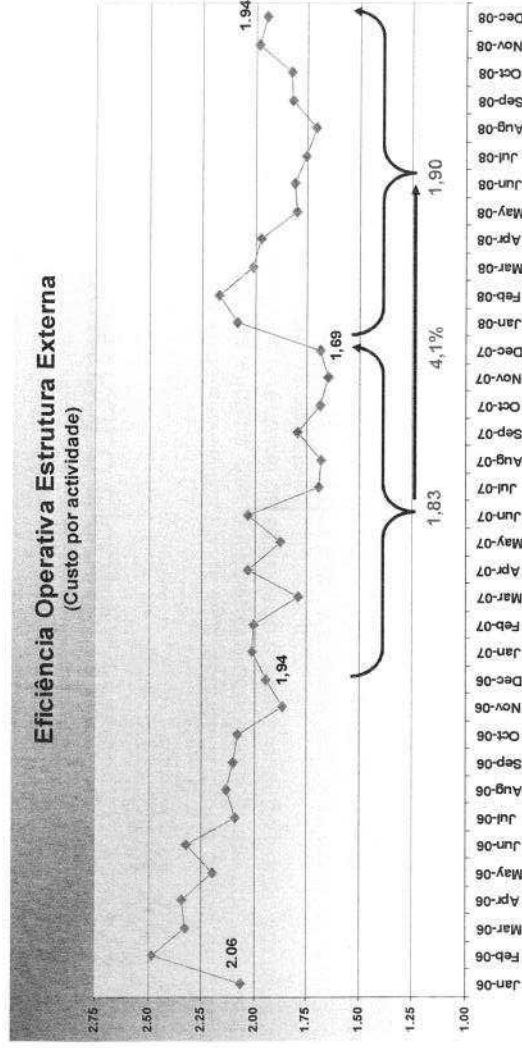
A evolução positiva na estrutura interna deriva essencialmente da transferência de actividades de outras direcções do Banco para a Direcção de Operações e a evolução negativa na estrutura externa deriva de uma melhor sistematização de toda a operativa, com eliminação de actividades redundantes e de contactos, como consequência de uma maior eficiência e eficácia no tratamento dos processos.



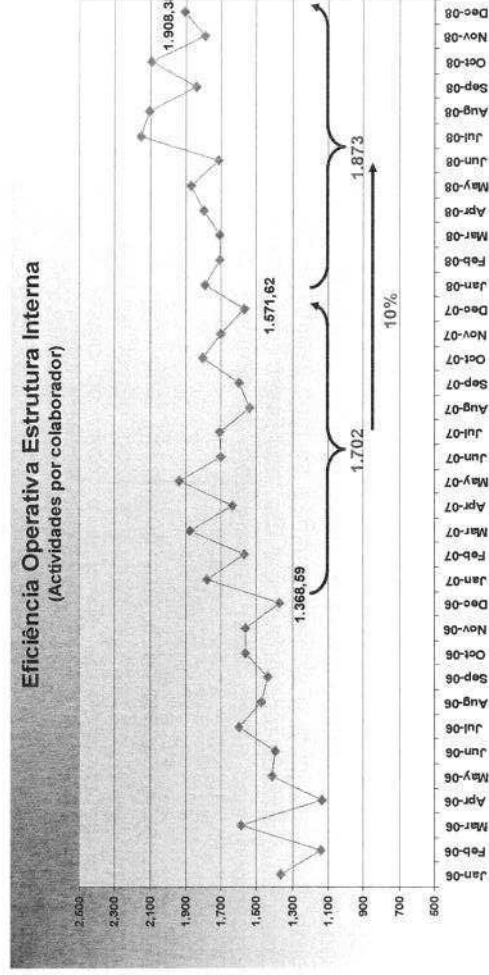
A Direcção de Operações possui duas formas distintas de medir a eficiência operativa das suas duas estruturas, as quais, pela sua natureza se sustentam em parâmetros diferentes, saber:

Relativamente à estrutura externa, a sua performance é medida em termos quantitativos pelo custo unitário por actividade, o qual revelou uma quebra de 4,1% face ao período homólogo.

Deve ter-se em conta que o grande esforço, em termos de adaptação de recursos, foi conseguido em 2007 com a redução do custo por actividade a situar-se cerca de 16% abaixo do de período homólogo de 2006 e que, em 2008, o esforço, tal como atrás referido, foi centrado na sistematização de toda a operativa com a consequente redução de actividades mas sem o acompanhamento imediato na redução dos recursos afectos, os quais derivarão vir a materializar-se em 2009, por força da integração de sistemas.



Quanto à estrutura interna, a sua performance é medida pelo número de actividades que cada operador desenvolve. Nesta observação, continua a verificar-se uma melhoria com o aumento de 10% no número de actividades desenvolvidas por cada colaborador, apesar de inferior à análise efectuada em finais de 2007, onde aquela melhoria se cifrava em 18,37%, é de salientar a recorrência desta tendência o que demonstra que na estrutura interna estão já mais sedimentados os princípios de melhoria continua.



Em conclusão, pode dar-se como bastante positivo o desempenho da área de Operações do Banco no decurso de 2008, pois garantiu-se o apoio à integração/migração de sistemas, com minimização de impactos no negócio e sem perda de controlo dos diversos processos, assim como se procedeu à optimização de estruturas e de processos com consequências ao nível da estabilização e/ou melhoria de níveis de serviço e de reduções de custos.


 37


CONTROLO E COMPLIANCE

O Banco tem vindo a orientar o desenvolvimento da sua actividade numa óptica de contínuo acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas e procedimentos internos, com vista a garantir um desempenho eficiente e rentável da actividade a médio e longo prazo, em linha com as orientações estratégicas e com os objectivos estabelecidos.

No decorrer de 2008, a estratégia de controlo foi conduzida no sentido de aperfeiçoar o sistema de controlo interno, fortalecendo os mecanismos de identificação, avaliação, monitorização e controlo dos riscos incorridos no desenvolvimento da actividade.

Na sequência do processo de integração e fusão ocorrido, e dada a existência de processos e procedimentos distintos decorrentes, nomeadamente da subsistência de dois sistemas aplicacionais para a gestão de actividade do Banco, surgiu a necessidade de proceder à revisão e actualização dos normativos internos.

Adicionalmente, o Banco iniciou o desenvolvimento de um modelo integrado de gestão de risco operacional, que permitirá centralizar o processo de registo de eventos e agilizar a sua monitorização, acompanhamento e controlo. O projecto permitirá o alargamento do âmbito de gestão de risco operacional, conforme definido por Basileia II, e culminará na aferição de oportunidades de melhoria nos processos internos com vista a incrementar a qualidade do serviço prestado. Nesta matéria, a expectativa é que, em 2008, o projecto venha a apresentar um estado de desenvolvimento com um nível de maturidade mais elevado não obstante a necessidade da manutenção de um ciclo contínuo na gestão deste risco e na identificação de eventos.

Ainda no que concerne à gestão de risco, a linha de actuação do Banco privilegiou o aperfeiçoamento dos modelos de gestão, nomeadamente através da implementação de *stress tests* para as categorias de risco que, de acordo com a percepção histórica, têm vindo a apresentar maior materialidade.

Em 2008, a Direcção de Controlo e *Compliance*, responsável pela coordenação dos procedimentos de controlo interno, assegurou, em articulação com demais áreas funcionais, a conformidade das práticas instituídas com as exigências legais e regulamentares aplicáveis à actividade desenvolvida, na óptica do regime prudencial e comportamental em vigor, bem como a adopção de elevados princípios éticos e deontológicos, consolidando a afirmação da imagem institucional de excelência pela qual o Grupo Santander é reconhecido.

A monitorização continua do sistema de controlo interno do Banco foi por fim assegurada através da realização de auditoria interna, permitindo avaliar a prossecução dos procedimentos de controlo interno ao nível das diferentes áreas funcionais e aferir a sua adequabilidade e efectividade face às políticas, planos, instruções internas, bem como a sua conformidade com a legislação e regulamentação aplicável.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O ano 2008 foi dedicado à fusão de plataformas tecnológicas que teve como principais linhas orientadoras, a unificação de bases de dados e de processos numa única plataforma informática (clientes, contratos, processos de captação, processos de transformação e de reporte). Tratou-se de uma operação que envolveu importantes meios técnicos e humanos, e que permite agora ao Santander Consumer, retirar importantes benefícios no que concerne ao serviço prestado a clientes (internos e externos), e dispor ainda de uma melhor margem contributiva no sentido de baixar o custo de exploração de actividades.

Em 2008, foi ainda possível tirar partido do aproveitamento de sinergias ao nível do Grupo Santander no que se refere às áreas de tecnologia de informação e de infra-estruturas tecnológicas. Neste ponto particular, consideramos que foi um ano pioneiro na maximização das sinergias do Grupo, uma vez que o modelo de gestão de activos e serviços com carácter tecnológico, teve a sua plena aplicação prática e com resultados positivos significativos na esfera do Banco Santander Consumer Portugal.

A expectativa em relação ao ano 2009, apresenta-se agora muito favorável neste domínio, pois permitirá ao Banco dedicar-se à consolidação e ao desenvolvimento das estruturas de suporte ao negócio, tendo a gestão de tecnologia um papel principal neste contexto

39



RECURSOS HUMANOS

Terminado o processo de integração dos vários negócios e equipas, do qual terá resultado o Banco Santander Consumer Portugal (BSCP), 2008 pode ser considerado como um ano de estabilização da estrutura de colaboradores. Tal facto é evidenciado pelo número de colaboradores que no final do ano totalizava 224 e que compara com 225 em 2007.

O BSCP continuou a apresentar uma estrutura etária jovem com uma média de 36 anos de idade. Ao nível das qualificações académicas cerca de 47% dos colaboradores detêm uma qualificação superior, encontrando-se 4% a frequentar o ensino superior.

Num contexto de pós fusão, a gestão de Recursos Humanos teve um enfoque especial na mudança e consolidação da Cultura Santander com o grande objectivo de materializar no dia a dia dos colaboradores a Missão, Visão e Valores do Santander Consumer em Portugal.

Para responder a este desafio, foi desenvolvido um Projecto (Voo Mach2), envolvendo activamente os colaboradores com funções de chefia que em conjunto trabalharam temas estruturantes para o Banco ao nível da (i) Liderança, Reconhecimento e Recompensa, (ii) Plano de Comunicação, (iii) Processo de Tomada e Suporte à Decisão; (iv) Inovação com enfoque na antecipação de mercado (v) Desenho de Processos de negócio.

Para cada um dos temas enumerados foram definidas acções concretas e estruturantes, como sendo a criação de um centro de competências em gestão de projectos, a definição de um modelo gerador de ideias inovadoras ou a adopção do "process owner" ao nível dos processos críticos do Banco. Por via da complexidade das mesmas, a sua execução tem sido gradual e implementação será alargada para 2009.

Foram igualmente definidas acções directamente enquadradas na Política de Recursos Humanos. Com a intenção de conhecer qual a opinião e sentimento geral dos colaboradores foi realizado um estudo de clima organizacional, bem como foram trabalhadas acções de dinamização da comunicação interna (reformulação da intranet, criação de espaços de incentivo à interacção entre os colaboradores). Pelo mesmo motivo atrás enunciado, bem como pelo facto de grande parte do ano a área de recursos humanos ter estado sem responsável, a sua concretização terá um forte impulso durante 2009.

No âmbito das iniciativas do Grupo ligadas ao Santander És Tu – Espírito Santander, tivemos pelo segundo ano consecutivo a distinção de um colaborador do BSCP como reconhecimento da vivência e transmissão dos Valores Corporativos, facto que poderemos considerar como um reflexo do maior envolvimento e alinhamento cultural dos colaboradores com o Banco e com o Grupo.

Apesar de 2008 se caracterizar por uma redução do número de horas de formação (1846h em 2008 vs 4215h em 2007), foi realizado um maior esforço no controlo e registo da formação ministrada internamente, tendo esta representado 54,6% do peso total da formação (contra os 9,7% em 2007). Quase todos os colaboradores foram abrangidos, com cerca de 90% dos colaboradores a ter acesso a acções de formação, como sendo Prevenção e Branqueamento de Capitais, Nota Euro, Recuperação, Operações Bancárias e Tecnologias de Informação entre outras com carácter mais específico de cada área funcional, ministradas "on the job".

Para 2009 prevê-se para além do desenvolvimento e implementação das acções atrás referenciadas, o seguimento e alinhamento com directrizes da política de corporativa de recursos humanos do Grupo.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho aprovou a seguinte Proposta de Aplicação de Resultados referente ao exercício de 2008, a submeter à próxima Assembleia Geral Anual de Accionistas do Banco Santander Consumer Portugal, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais

"Proposta de Aplicação de Resultados:

O Banco Santander Consumer Portugal encerrou o exercício de 2008 com um Resultado Líquido positivo (individual) de Euros 10.650.540 sendo o Resultado Líquido apurado em base consolidada de Euros 8.024.816.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte Aplicação dos Resultados:

Reserva Legal (10% do Resultado líquido individual): Euros 1.065.054;
Resultados a transitar: Euros 9.585.486

Lisboa, 6 de Maio de 2009

O Conselho de Administração

x D. João Bernardo 
x Eug. P. Sacramento 
x Sr. B. Gonçalves 
x M. D. Taniel 
x Sr. L. Fernandes 

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2008			2007	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2008	2007
		Activo Bruto	Amortizações, provisões e imparidade	Activo líquido					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	90.117	-	90.117	52.241	Recursos de outras instituições de crédito	11	1.074.880.135	1.036.873.191
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	3.600.085	-	3.600.085	6.637.865	Recursos de clientes e outros empréstimos	12	6.172.739	6.116.627
Crédito a clientes	7	1.306.958.273	(55.078.301)	1.251.879.972	1.233.888.360	Provisões	13	-	72.500
Outros activos tangíveis	8	16.063.281	(7.734.778)	8.328.503	7.999.088	Passivos por impostos correntes	9	43.094	1.682.142
Activos intangíveis	8	7.268.379	(4.785.473)	2.482.906	1.163.068	Passivos por impostos diferidos	9	876.490	1.662.562
Activos por impostos correntes	9	180.682	-	180.682	104.482	Outros passivos subordinados	14	15.236.802	15.192.058
Activos por impostos diferidos	9	4.289.252	-	4.289.252	3.339.454	Outros passivos	15	81.438.627	89.458.504
Outros activos	10	28.969.257	(2.447.062)	26.522.195	23.103.621	Total do Passivo		<u>1.178.647.887</u>	<u>1.151.057.584</u>
						Capital	16	66.592.947	66.592.947
						Outras reservas e resultados transitados	17	44.108.062	41.974.772
						Lucro do exercício	18	8.024.816	16.662.876
						Total do Capital Próprio		<u>118.725.825</u>	<u>125.230.595</u>
Total do Activo		<u>1.367.419.326</u>	<u>(70.045.614)</u>	<u>1.297.373.712</u>	<u>1.276.288.179</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>1.297.373.712</u>	<u>1.276.288.179</u>

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2008	2007
Juros e rendimentos similares	20	111.882.117	103.277.440
Juros e encargos similares	20	(65.844.529)	(59.472.275)
MARGEM FINANCEIRA		46.037.588	43.805.165
Rendimentos de serviços e comissões	21	10.008.456	10.494.575
Encargos com serviços e comissões	21	(2.578.918)	(2.612.688)
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
Resultados em operações financeiras	22	52.719	(15.340)
Outros resultados de exploração	23	1.310.475	2.382.972
PRODUTO BANCÁRIO		54.830.320	54.054.684
Custos com pessoal	24	(7.949.453)	(9.237.027)
Gastos gerais administrativos	25	(14.877.554)	(16.509.627)
Depreciações e amortizações	8	(1.156.750)	(846.648)
Imparidade de crédito	13	(18.493.672)	(3.693.456)
Imparidade de outros activos	13	614.797	(228.147)
Outras provisões	13	35.000	77.500
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		13.002.688	23.617.279
Impostos correntes	9	(6.713.742)	(9.067.084)
Impostos diferidos	9	1.735.870	2.112.681
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.024.816	16.662.876
Número de acções em circulação no exercício		66.592.947	66.592.947
Resultados por acção		0,12	0,25

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Outros instrumentos de Capital	Outras reservas e resultados transitados				Lucro do exercício	Total
			Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	37.500.000	14.963.937	6.486.257	118.978	10.125.572	16.730.807	12.520.284	81.715.028
Aumento do capital social (Nota 16)	29.092.947	(14.963.937)	-	(61.513)	-	(61.513)	-	14.067.497
Prémio de emissão (Nota 16)	-	-	-	12.790.664	-	12.790.664	-	12.790.664
Aplicação do resultado:								
- Transferência para reservas	-	-	1.172.971	790.578	-	1.963.549	(1.963.549)	-
- Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	10.556.735	10.556.735	(10.556.735)	-
Resultados do exercício	-	-	-	-	-	-	16.662.876	16.662.876
Outros	-	-	-	(5.470)	-	(5.470)	-	(5.470)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	66.592.947	-	7.659.228	13.633.237	20.682.307	41.974.772	16.662.876	125.230.595
Aplicação do resultado:								
- Transferência para reservas	-	-	1.612.973	533.150	-	2.146.123	(2.146.123)	-
- Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	14.516.753	14.516.753	(14.516.753)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(14.516.753)	(14.516.753)	-	(14.516.753)
Resultados do exercício	-	-	-	-	-	-	8.024.816	8.024.816
Outros	-	-	-	(12.833)	-	(12.833)	-	(12.833)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	66.592.947	-	9.272.201	14.153.554	20.682.307	44.108.062	8.024.816	118.725.825

-
O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	2008	2007
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	116.771.389	114.586.043
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(61.938.208)	(66.600.509)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	8.316.101	9.681.840
Pagamentos a fornecedores e empregados	(32.367.404)	(29.337.301)
Outros resultados	9.307.617	7.216.994
	<u>40.089.495</u>	<u>35.547.067</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	(43.714.746)	(90.988.284)
Outros activos	(10.651.299)	(22.174.624)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito	36.049.791	59.394.430
Recursos de clientes e outros empréstimos	<u>(350.695)</u>	<u>26.238.547</u>
	<u>(18.666.949)</u>	<u>(27.529.931)</u>
Impostos sobre os lucros	(7.019.481)	(8.830.624)
	<u>14.403.065</u>	<u>(813.488)</u>
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamentos relativos a imobilizações	<u>(2.886.216)</u>	<u>(1.103.298)</u>
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(2.886.216)</u>	<u>(1.103.298)</u>
Dividendos pagos	(14.516.753)	-
Aumento do capital social	-	405.711
Despesas incorridas no âmbito do aumento do capital social	-	(61.513)
Prémio de emissão	-	12.790.664
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	-	(8.800.000)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(14.516.753)</u>	<u>4.334.862</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	<u>(2.999.904)</u>	<u>2.418.076</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.690.106	4.269.835
Incorporação das ex-Sucursais	-	2.195
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.690.202	6.690.106

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (adiante designado por “BSCP” ou “Banco”), anteriormente denominado Interbanco, S.A., é uma sociedade anónima com sede social em Lisboa, tendo iniciado a sua actividade em 31 de Dezembro de 1996.

O Banco desenvolve as suas actividades em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a actividade do BSCP encontra-se segmentada, essencialmente, nas vertentes de Crédito ao Consumo, Locação Financeira Mobiliária, Aluguer de Longa Duração (ALD) e “*Factoring*”.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Banco detinha 100% do capital social da IT Car – Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A.. Em Assembleia Geral de accionistas realizada em 31 de Dezembro de 2008, foi deliberada a dissolução e liquidação imediata desta sociedade, tendo em consequência sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus activos e passivos.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de Maio de 2009.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) N° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 estão pendentes de aprovação pela correspondente Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2 Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2008, foram preparadas de acordo com as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, em vigor a essa data, desde que endossadas pela União Europeia. Não ocorreram no exercício de 2008 alterações em normas ou interpretações com impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2008, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, já endossadas pela União Europeia;

- IFRS 8 – “Segmentos operacionais” – Esta norma define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo o IAS 14 – “Relato por Segmentos”. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.
- IAS 1 (Alterada) – “Apresentação das Demonstrações Financeiras” – Esta norma introduz alterações ao nível da denominação e dos requisitos de apresentação das demonstrações financeiras, assim como de determinadas transacções com efeito em rubricas de capitais próprios. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

- IFRS 3 (Alterada) – “Concentrações de actividades empresariais” e IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do “Goodwill” apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer na consideração do impacto de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo. A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.
- IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas – Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada” (Emenda) – A revisão efectuada ao texto da norma clarifica os critérios de mensuração de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada no âmbito da reestruturação de um grupo com alterações ao nível da empresa mãe. A adopção desta norma revista é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRIC 17 – “Distribuição de dividendos em espécie” – Esta interpretação pretende esclarecer o tratamento contabilístico associado à distribuição aos acionistas de dividendos em espécie. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

O Conselho de Administração do Banco entende que a adopção destas normas e interpretações em exercícios futuros não apresentará impactos materialmente relevantes na preparação das suas demonstrações financeiras.

2.3 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais e outras entidades de propósitos especiais

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco, empresas filiais em que participa directa ou indirectamente e outras entidades de propósitos especiais relativamente às quais o Banco retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade.

São consideradas filiais as entidades nas quais o Banco exerça um controlo efectivo sobre a gestão das suas políticas operacionais e financeiras com o objectivo de obter benefícios da sua actividade. Por norma, presume-se a existência de controlo sempre que o Banco detenha uma participação efectiva maioritária do capital social ou dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras das filiais e das entidades de propósitos especiais são incluídas na consolidação pelo método de integração global. De acordo com este método, são eliminados os saldos e transacções ocorridos no exercício entre as empresas objecto de consolidação. Sempre que aplicável, as demonstrações financeiras das entidades consolidadas são ajustadas de forma a reflectir a aplicação das políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco.

O valor do resultado líquido consolidado resulta da agregação dos resultados individuais do Banco e das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação, na proporção da percentagem efectiva detida, adicionado dos efeitos dos ajustamentos que se verifiquem necessários, nomeadamente os que resultem de transacções realizadas entre as referidas entidades.

Adicionalmente, o valor correspondente à participação detida por terceiros nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação, quando aplicável, é reflectido na rubrica “Interesses Minoritários”.

Em 31 de Dezembro de 2008, após a dissolução e liquidação da IT Car – Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A. referida na Nota 1, o Banco não detinha qualquer participação em empresas filiais ou outras entidades de propósitos especiais.

b) Concentração de actividades empresariais

O registo da aquisição de filiais é efectuado de acordo com o método da compra, segundo o qual o custo de aquisição deverá corresponder ao justo valor, na data da transacção, dos activos entregues e dos passivos assumidos ou incorridos, adicionado de custos directamente suportados na transacção, em conformidade com os requisitos previstos no IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”. A diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis, quando positiva (“goodwill”), é registada como um activo intangível. O “goodwill” não é amortizado, sendo sujeito a análises periódicas de imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas não podem ser revertidas.

Sempre que o justo valor da participação adquirida exceder o respectivo custo de aquisição, o diferencial apurado é reconhecido como um proveito do exercício.

Até 1 de Janeiro de 2004, de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o “goodwill” gerado em operações de concentração de actividades empresariais era reconhecido integralmente por contrapartida de capitais próprios no momento da aquisição de filiais. Tal como permitido pelo IFRS 1, o Banco não aplicou retrospectivamente os requisitos do IFRS 3 em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 e, consequentemente, o “goodwill” gerado nessas operações permaneceu registado em reservas.

A concentração de actividades que envolvam entidades sob controlo comum é registada pelo método da comunhão de interesses, sendo mantido o valor contabilístico dos activos e passivos com referência à data de incorporação.

Instrumentos financeiros – Crédito e outros valores a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito concedido a clientes e outros valores a receber registados na rubrica de “Outros activos”. No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos directamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

i) Crédito Concedido

Locações

O crédito concedido a clientes através de operações de locação financeira é registado como uma conta a receber pelo valor líquido do investimento efectuado pelo Banco na data de aquisição do bem locado (custo de aquisição, deduzido de descontos obtidos ou antecipações de rendas efectuadas pelos clientes).

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira. De acordo com este método, a amortização calcula-se tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.

Operações de “factoring”

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a totalidade das operações de “factoring” respeitam a contratos sem recurso.

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança são registadas no activo, na rubrica “Crédito a clientes – Factoring”, a qual é movimentada por contrapartida da rubrica de “Outros passivos – credores por contratos de factoring” (Nota 15), pelo montante que será entregue ao Aderente após a respectiva data de vencimento da factura. Os adiantamentos contratuais sobre o valor dos créditos tomados nas operações de factoring sem recurso são registados a débito da referida rubrica do passivo.

Operações de crédito ao consumo

O crédito concedido a clientes para financiamento de aquisições a crédito e em regime de conta corrente, é registado pelo seu valor nominal.

ii) Crédito e juros vencidos

Nesta rubrica são registados o capital, juros, imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes de atraso, contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui o capital vincendo na data de rescisão.

O Banco procede ao abate de créditos quando as operações são consideradas incobráveis. Eventuais recuperações posteriores de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica “Imparidade de crédito”.

iii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os juros de operações de crédito, bem como as comissões pagas e recebidas associadas à originação de crédito são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, durante o período de vigência da operação.

As comissões associadas à tomada de facturas em operações de “factoring” sem recurso são integralmente reconhecidas quando recebidas. O impacto do diferimento destas comissões não seria significativo para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

c) Imparidade de activos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros valores a receber

O Grupo efectua com uma periodicidade trimestral análises de imparidade das rubricas de “Crédito concedido e outros valores a receber”. Para este efeito, a carteira de crédito encontra-se segmentada da seguinte forma:

- . Tipo de negócio
 - . Operações de “factoring”
 - . Aluguer de longa duração (ALD)
 - . Crédito ao consumo
 - . Operações de leasing mobiliário
 - . Crédito a empresas (apoio de tesouraria)
- . Nível de risco atribuído aos clientes em função de critérios definidos internamente
- . Natureza do bem financiado (relativamente aos negócios de ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)
 - . Aquisição de automóvel em estado novo
 - . Aquisição de automóvel em estado usado
 - . Aquisição de outros bens e serviços

A metodologia de análise de imparidade adoptada pelo Banco prevê, numa primeira fase, a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para activos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e colectivamente para grupos homogéneos de activos de montante individual não significativo. Dadas as características da actual carteira de crédito do Banco, apenas são efectuadas análises individuais relativamente a Devedores por operações de factoring e Crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria, sendo a restante carteira analisada numa base colectiva.

O IAS 39 identifica alguns eventos que são considerados como indicadores de existência de imparidade em activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, o incumprimento das condições do contrato (evidenciado, por exemplo, nos atrasos do pagamento de rendas), a reestruturação de créditos ou dificuldades financeiras do devedor. Estes indicadores são considerados pelo Banco no âmbito desta análise, assim como outros que resultam do conhecimento dos clientes e do comportamento histórico da carteira no que se refere a incumprimento e níveis de recuperação.

No que respeita a activos analisados individualmente em relação aos quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respectivo valor de recuperação. A imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Para activos analisados colectivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de activos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efectiva das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade, os quais se encontram descritos abaixo:

- Definição do período necessário para que o evento de perda, em operações que se encontrem em situação regular na data de análise, seja percebido pelo Banco, o qual foi estimado em três meses;
- Classificação das operações em função do período de atraso identificado, nomeadamente operações sem indícios de imparidade (em situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento (“default”). As operações são consideradas em incumprimento sempre que o período de atraso seja superior a 90 dias.
- Determinação de probabilidades de incumprimento, as quais são função não só da posição actual da carteira, mas igualmente do seu comportamento passado.
- Determinação dos valores estimados de recuperação após entrada em default, os quais incluem os custos a incorrer no processo de recuperação.

A variação nos valores de imparidade apurados (diferença entre o valor de balanço do activo e o seu valor estimado de recuperação) é registada em custos do exercício na rubrica “Imparidade de crédito”, líquida do valor das recuperações de capital e juros, anteriormente abatidos ao activo, ocorridas no período.

d) Passivos financeiros

Esta categoria inclui essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes, assim como passivos subordinados emitidos pelo Grupo, os quais são valorizados ao custo amortizado. Inclui ainda passivos incorridos pela prestação de serviços ou aquisição de bens, os quais são registados na rubrica “Outros passivos”.

e) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados do exercício.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

f) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis são registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos em custos do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

A amortização destes activos é calculada pelo método das quotas constantes numa base sistemática ao longo das vidas úteis estimadas dos bens, as quais em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Anos</u>
Imóveis	50
Equipamento e mobiliário	5 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

g) Activos intangíveis

Os activos intangíveis respeitam essencialmente a software, o qual é amortizado segundo o método das quotas constantes, durante um período de três anos.

i) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira encontram-se registados na rubrica “Outros activos”, pelo valor do capital em dívida à data da rescisão.

Em 31 de Dezembro 2008 e 2007 esta rubrica inclui essencialmente viaturas recebidas em dação de créditos vencidos. Estes activos são objecto de avaliações periódicas, sendo o seu justo valor de mercado, determinado por recurso às tabelas de referência do sector Automóvel (Eurotax). O Banco reconhece perdas por imparidade sempre que o justo valor de mercado destes activos (deduzido de custos a incorrer na venda) seja inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados.

Os activos recebidos em dação de crédito não são sujeitos a amortização.

j) Comissões por serviços prestados

As comissões cobradas a clientes por serviços prestados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- . Comissões por prestação de serviços continuados - estas comissões são reconhecidas linearmente ao longo do período durante o qual o serviço é prestado;
- . Comissões pela realização de um acto significativo – tratam-se de comissões destinadas a compensar a realização de um acto significativo, sendo registadas no momento em que o serviço é prestado.

k) Especialização de exercícios

O Grupo adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

I) Impostos correntes e diferidos

O Banco e as suas filiais com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 corresponde a 26,5%. As filiais e outras entidades de propósitos especiais, domiciliadas para efeitos fiscais fora do território nacional, são tributadas de acordo com as normas em vigor nos respectivos países.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento” e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Banco apenas reconhece impostos diferidos activos quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

O Banco não reconhece impostos diferidos activos ou passivos para as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais por não ser provável que a diferença se reverta no futuro previsível.

A alteração ao artigo 14º do Decreto-Lei nº 35/2005, introduzida pela aprovação da Lei do Orçamento de Estado para 2007, veio clarificar que as Entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal cujas demonstrações financeiras individuais sejam preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, deverão efectuar o apuramento do seu lucro tributável em conformidade com as referidas normas. Ainda neste âmbito a redacção do artigo 53º do Código do IRC, define disposições transitórias que deverão vigorar até à introdução das necessárias adaptações ao texto do Código, face às novas exigências decorrentes do normativo contabilístico em vigor.

As autoridades têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo previamente definido, o qual é de quatro anos em Portugal (excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2005 a 2008.

Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

m) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados que tornem provável o futuro dispêndio de recursos, podendo este ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação, em conformidade com os requisitos do IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências decorrentes da actividade do Grupo, não sendo, regra geral, aceites como custo fiscal.

n) Caixa e seus equivalentes

Na elaboração da demonstração de fluxos de caixa são incluídos no saldo de “Caixa e seus equivalentes” os saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas resultam da análise efectuada à melhor informação disponível na data do seu registo. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir do valor das estimativas registadas, nomeadamente nas seguintes áreas:

Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os impostos sobre lucros foram determinados com base na legislação fiscal em vigor para as empresas incluídas no perímetro de consolidação do Banco, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos de gestão do Banco e das restantes empresas do Grupo, poderão encontrar-se sujeitos a alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades fiscais.

Imparidade do crédito e outros valores a receber

A determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber é efectuada de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.c). As estimativas efectuadas pelo Banco no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito e outros valores a receber resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita a probabilidades de incumprimento, taxas, períodos e custos de recuperação, assim como da avaliação da informação disponível relativamente ao devedor.

Caso o Banco utilizasse diferentes critérios e pressupostos na determinação das perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber, os valores apurados seriam diferentes dos actualmente reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o Banco considera que a actual metodologia utilizada é aquela que reflecte de forma mais adequada o risco de incumprimento associado a estes activos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação e os principais dados financeiros retirados das suas contas estatutárias nas referidas datas, são os seguintes:

Sector de actividade/Entidade	Sede	Sector de actividade	2008			2007		
			% Participação Efectiva	Situação líquida	Resultado líquido (Nota 19)	% Participação Efectiva	Situação líquida	Resultado líquido (Nota 19)
IT Car - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A. Polyfinances, S.A.	Portugal Luxemburgo	Crédito especializado Gestão de participações sociais	n.a n.a	- -	(97.656) (*)	100% n.a	3.410.012 -	(7.696) 12.831
(*) Resultado líquido apurado até à data de dissolução e liquidação (31 de Dezembro de 2008 - Nota 1)								

Nos exercícios de 2008 e 2007, as principais operações ocorridas com empresas do Grupo foram as seguintes:

IT Car – Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Banco detinha 100% do capital social da IT Car – Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A.. Em Assembleia Geral de accionistas realizada em 31 de Dezembro de 2008, foi deliberada a dissolução e liquidação imediata desta sociedade, tendo em consequência sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus activos e passivos, no montante líquido de 3.312.354 Euros (Nota 1).

PolyFinances, S.A.

Em Assembleia Geral de accionistas realizada em Dezembro de 2007 foi deliberada a liquidação da Polyfinances, S.A.. Em consequência desta decisão, os activos e passivos desta sociedade foram transmitidos para os seus accionistas na proporção da percentagem devida no seu capital social.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Caixa	50.529	47.921
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	39.588	4.320
	-----	-----
	90.117	52.241
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de acordo com os requisitos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% sobre o montante dos depósitos efectuados junto do Banco, acrescido de outros passivos elegíveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Depósitos à ordem		
. No país	3.141.554	6.636.171
. No estrangeiro	-	81
	-----	-----
Valores a cobrar	3.141.554	6.636.252
	458.531	1.613
	-----	-----
	3.600.085	6.637.865
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Valores a cobrar” respeita essencialmente a cheques sobre clientes de outras instituições de crédito enviados para compensação, os quais foram regularizados nos primeiros dias do exercício seguinte.

7. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Crédito Vincendo		
. Vendas a crédito	699.567.657	677.265.594
. Locação financeira mobiliária	202.807.552	233.197.158
. Factoring	155.601.161	153.449.845
. Aluguer de longa duração	145.885.339	120.399.463
. Créditos em conta corrente	19.367.024	19.114.325
. Cartões de crédito	10.817.281	10.972.757
. Outros	166.950	94.674
	-----	-----
	1.234.212.964	1.214.493.816
	47.665.850	31.847.022
	1.864.474	1.255.365
	-----	-----
	23.214.985	23.159.371
	-----	-----
	1.306.958.273	1.270.755.574
	-----	-----
Imparidade para Crédito (Nota 13)	(55.078.301)	(36.867.214)
	-----	-----
	1.251.879.972	1.233.888.360
	=====	=====

O movimento na Imparidade para Crédito nos exercícios de 2008 e 2007 é apresentado na Nota 13.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito concedido a clientes por sector de actividade, excluindo crédito e juros vencidos, apresentava a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Construção	20.941.276	23.277.187
Serviços	17.366.411	17.659.688
Comércio a retalho	16.012.825	189.474.039
Comércio por grosso	14.637.618	15.147.389
Transportes e comunicações	10.009.187	9.360.870
Indústrias Extractivas	5.360.118	4.697.456
Restaurantes e hotéis	4.366.882	4.926.902
Papel, artes gráficas e editoras	4.138.679	4.201.363
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	3.047.261	3.130.072
Alimentação, bebidas e Tabaco	2.197.330	2.370.276
Agricultura e Silvicultura	2.141.681	2.370.679
Têxteis	1.047.439	1.157.311
Madeira e cortiça	963.328	1.253.734
Químicas	326.508	339.333
Electricidade, água e gás	80.841	103.253
Particulares	885.451.728	888.757.279
Outras actividades	246.123.852	46.266.985
	<u>1.234.212.964</u>	<u>1.214.493.816</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito vincendo apresentava a seguinte estrutura por tipo de crédito e maturidade:

	31-12-2008						
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de Crédito	Outros créditos	Total
Até 1 ano	47.680.558	14.795.272	155.601.161	9.934.257	10.817.281	19.533.974	258.362.503
De 1 a 5 anos	389.500.508	155.193.826	-	99.083.668	-	-	643.778.002
A mais de 5 anos	262.386.591	32.818.454	-	36.867.414	-	-	332.072.459
	<u>699.567.657</u>	<u>202.807.552</u>	<u>155.601.161</u>	<u>145.885.339</u>	<u>10.817.281</u>	<u>19.533.974</u>	<u>1.234.212.964</u>
	2007						
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de Crédito	Outros créditos	Total
Até 1 ano	56.694.489	13.113.317	153.449.845	10.624.705	10.972.757	19.208.999	264.064.112
De 1 a 5 anos	396.164.162	188.472.007	-	85.788.321	-	-	670.424.490
A mais de 5 anos	224.406.943	31.611.834	-	23.986.437	-	-	280.005.214
	<u>677.265.594</u>	<u>233.197.158</u>	<u>153.449.845</u>	<u>120.399.463</u>	<u>10.972.757</u>	<u>19.208.999</u>	<u>1.214.493.816</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte estrutura, por antiguidade de saldos e por tipo de crédito:

	31-12-2008						Total
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de Crédito	Outros créditos	
De 1 a 3 meses	4.642.666	1.267.526	2.755.010	681.599	435.049	76.999	9.858.849
De 3 a 6 meses	3.149.421	535.328	471.523	315.618	595.115	121.434	5.188.439
De 6 a 12 meses	8.175.949	1.382.249	175.335	365.220	2.168.664	74.217	12.341.634
De 1 a 3 anos	11.458.174	4.967.024	85.942	574.118	625.602	318.468	18.029.328
Superior a 3 anos	9.174	5.911	-	1.363.698	1.820	866.997	2.247.600
	27.435.384	8.158.038	3.487.810	3.300.253	3.826.250	1.458.115	47.665.850

	2007						Total
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de Crédito	Outros créditos	
De 1 a 3 meses	3.782.307	1.285.447	1.778.338	552.756	287.263	612.565	8.268.676
De 3 a 6 meses	1.941.457	685.890	176.888	171.315	339.435	77.144	3.402.129
De 6 a 12 meses	4.421.384	1.069.104	12.341	285.853	471.782	79.925	6.340.389
De 1 a 3 anos	6.012.022	1.250.444	-	825.464	1.146.324	251.284	9.485.538
Superior a 3 anos	1.758.135	746.945	-	891.152	116.556	837.502	4.350.290
	17.915.305	5.037.830	1.967.567	2.736.540	2.331.360	1.858.420	31.847.022

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o crédito vincendo associado a crédito vencido com antiguidade superior a 90 dias, ascende a cerca de 30.543.000 Euros e 22.941.000 Euros, respectivamente.

Nos exercícios de 2008 e 2007, o Banco alienou por 1.170.478 Euros e por 2.210.752 Euros um conjunto de créditos ao consumo e automóvel com um valor nominal em dívida de 17.934.595 Euros e 39.835.195 Euros, respectivamente. Na data de celebração dos contratos os créditos encontravam-se integralmente abatidos ao activo. Os valores recebidos no âmbito dos referidos contratos de cessão de créditos foram registados na rubrica “Recuperação de crédito e juros vencidos” (Nota 13).

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas “Outros activos tangíveis” e “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2008 e 2007 foram os seguintes:

	2008					Saldos Finais	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Abates e alienações	Valor bruto
Outros activos tangíveis:							
Imóveis de serviço próprio	8.408.155	(1.245.532)	-	(107.967)	-	-	8.408.155
Obras em imóveis arrendados	1.237.796	(768.620)	107.206	(125.286)	-	(13.483)	719.674
Equipamento:							
Mobiliário e material	1.084.317	(1.065.220)	587	(8.601)	969	969	835.766
Máquinas e ferramentas	189.328	(184.185)	973	(1.446)	-	-	190.301
Equipamento informático	5.195.445	(4.927.836)	532.970	(155.324)	(969)	(9.410)	5.041.691
Instalações interiores	737.841	(677.172)	137.116	(26.559)	-	-	799.960
Material de transporte	27.630	(27.830)	-	-	-	(1)	15.390
Equipamento de segurança	46.544	(31.774)	3	(2.332)	-	-	46.547
Outros equipamentos	32.008	(32.008)	-	-	-	-	4.571
Outras imobilizações corpóreas	1.226	(1.225)	-	-	-	-	1.226
	16.960.490	(8.961.402)	778.855	(427.515)	-	(21.925)	16.063.281
Activos intangíveis:							
Software	5.173.406	(4.106.445)	548.521	(729.235)	868.036	11.101	6.550.857
Imobilizações em curso	96.107	-	1.576.892	-	(868.036)	(87.441)	717.522
	5.269.513	(4.106.445)	2.125.413	(729.235)	-	(76.340)	7.268.379
	22.230.003	(13.067.847)	2.904.268	(1.156.750)	-	(98.265)	23.331.660

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

	Saldos iniciais		2007					Saldos Finais	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Incorporação das Ex-Sucursais	Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuladas	
Ju'tros activos tangíveis:									
Imóveis de serviço próprio	8.408.155	(1.137.565)	-	-	(107.967)	-	8.408.155	(1.245.532)	
Obras em imóveis arrendados	902.889	(654.559)	-	334.907	(114.061)	-	1.237.796	(768.620)	
Equipamento:	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mobiliário e material	935.462	(919.207)	7.271	6.091	(10.520)	-	1.084.317	(1.065.220)	
Máquinas e ferramentas	188.633	(182.732)	-	695	(1.453)	-	189.328	(184.185)	
Equipamento informático	4.677.073	(4.385.488)	49.460	116.359	(189.795)	-	5.195.445	(4.927.636)	
Instalações interiores	735.146	(659.745)	-	2.695	(17.427)	-	737.841	(677.172)	
Material de transporte	16.215	(16.216)	1	-	-	-	27.830	(27.830)	
Equipamento de segurança	40.272	(29.998)	-	6.272	(1.776)	-	46.544	(31.774)	
Outros equipamentos	32.008	(32.008)	-	-	-	-	32.008	(32.008)	
Outras imobilizações corpóreas	1.226	(1.197)	-	-	(28)	-	1.226	(1.225)	
	15.937.079	(8.018.715)	56.732	467.019	(443.027)	-	16.960.490	(8.961.402)	
ctivos Intangíveis:									
Software	3.710.345	(3.474.283)	49.392	1.143.128	(403.621)	42.000	5.173.406	(4.106.445)	
Imobilizações em curso	16.800	-	-	121.307	-	(42.000)	96.107	-	
	3.727.145	(3.474.283)	49.392	1.264.435	(403.621)	-	5.269.513	(4.106.445)	
	19.664.224	(11.492.998)	106.124	1.731.454	(846.648)	-	22.230.003	(13.067.847)	

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo das imobilizações em curso de activos intangíveis refere-se a projectos em curso de software informático, nomeadamente de desenvolvimento de novo software ou evolução de software já existente, cuja entrada em funcionamento está prevista para 2009.

9. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos de activos e passivos por impostos correntes e diferidos apresentam a seguinte composição:

	2008	2007
Passivos por impostos correntes		
. Imposto do exercício a pagar	(43.094)	(1.682.142)
Activos por impostos correntes	180.682	104.482
	=====	=====
	137.588	(1.577.660)
	=====	=====
Activos por impostos diferidos	4.289.252	3.339.454
Passivos por impostos diferidos	(876.490)	(1.662.562)
	=====	=====
	3.412.762	1.676.892
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios de 2008 e 2007, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser resumidos como se segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Impostos correntes		
. Do exercício	5.325.198	6.936.781
. Correções a exercícios anteriores	1.388.544	2.130.303
	-----	-----
Impostos diferidos – dotações, líquidas de reversões	6.713.742	9.067.084
	(1.735.870)	(2.112.681)
	-----	-----
Total de impostos registados em resultados	4.977.871	6.954.403
	=====	=====
Resultados antes de impostos	13.002.688	23.617.279
	-----	-----
Carga fiscal	38,28%	29,45%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto para os exercícios de 2008 e 2007, pode ser detalhada como se segue:

	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	Taxa de imposto	Imposto	Taxa de imposto	Imposto
Resultado antes de impostos		13.002.688		23.617.279
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	26,50%	3.445.712	26,50%	6.258.579
Diferenças permanentes				
Contratos de associação não relevantes para efeitos fiscais	3,57%	464.438	2,19%	517.485
Imparidade ou provisões não dedutíveis	2,69%	350.273	-	-
Tributação autónoma	0,37%	48.560	-	-
Mais valla na liquidação da IT Car	-1,84%	(239.414)	-	-
Outras diferenças permanentes	-0,39%	(50.400)	0,21%	50.568
Prejuízos fiscais reportáveis utilizados não compensados por impostos diferidos	-1,21%	(157.501)	-	-
Outros	0,03%	3.831	(0,27%)	(64.064)
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	29,73%	3.865.499	28,63%	6.762.568
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto de exercícios anteriores				
Imposto corrente	10,68%	1.388.544	9,02%	2.130.303
Imposto diferido	(2,12%)	(276.172)	(8,21%)	(1.938.468)
Correções de impostos relativas a exercícios anteriores, líquidas de impostos diferidos	8,55%	1.112.372	0,81%	191.835
Impostos sobre os lucros	38,28%	4.977.871	29,45%	6.954.403

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

Conforme referido na Nota 2.3 I), as alterações introduzidas ao artigo 14º do Decreto-Lei nº 25/2005, aprovadas pela Lei do Orçamento de Estado para 2007, veio estabelecer a obrigatoriedade das entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal e que estejam obrigadas a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA"), efectuem o apuramento do lucro tributável de acordo com as referidas normas.

Adicionalmente, o nº 2 do artigo 57º da Lei do Orçamento de Estado para 2007 veio definir disposições transitórias relativamente à implementação das NCA, no âmbito das quais, as variações patrimoniais decorrentes da transição entre o anterior normativo contabilístico (Plano de Contas para o Sector Bancário – PCSB) e as NCA, que sejam fiscalmente relevantes de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), concorrem em partes iguais para a formação do lucro tributável no exercício de 2006 e nos quatro exercícios subsequentes. Em consequência desta situação, o Banco reconheceu no exercício de 2007 uma insuficiência no apuramento do imposto corrente do exercício de 2006 relacionada com os ajustamentos de transição para o novo normativo contabilístico no montante de 1.938.468 Euros, a qual foi integralmente compensada pelo registo de proveitos com impostos diferidos de igual montante.

O movimento nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008			
	Saldos em 31-12-2007	Reforços	Realizações/ anulações	Outros movimentos
Activos por impostos diferidos				Saldos em 31-12-2008
Imparidade para crédito concedido	2.428.943	1.629.232	(258.362)	-
Provisões	126.249	-	-	-
Total de activos por impostos diferidos	2.555.192	1.629.232	(258.362)	-
				3.926.062
Correcções relacionadas com os ajustamentos de transição para IAS/IFRS:				
Desreconhecimento de activos financeiros	753.792	-	(390.602)	-
Outros	30.470	-	(30.470)	-
Total de activos por impostos diferidos	3.339.454	1.629.232	(679.434)	-
				4.289.252

Passivos por impostos diferidos

Diferimento de comissões associadas a operações de crédito

Total de passivos por impostos diferidos

Saldo líquido

	2007			
	Saldos em 31-12-2006	Incorporação das Ex-Sucursais	Reforços	Realizações/ anulações
				Outros movimentos
				Saldos em 31-12-2007
	(1.662.562)		(88.087)	874.159
	(1.662.562)		(88.087)	874.159
	1.676.892		1.541.145	194.725
				3.412.762

Activos por impostos diferidos

Imparidade para crédito concedido

Provisões

Total de activos por impostos diferidos

Correcções relacionadas com os ajustamentos

de transição para IAS/IFRS:

Desreconhecimento de activos financeiros

Outros

Total de activos por impostos diferidos

	2007			
	Saldos em 31-12-2006	Incorporação das Ex-Sucursais	Reforços	Realizações/ anulações
				Outros movimentos
				Saldos em 31-12-2007
	1.236.781	1.104.447	87.715	-
	39.750	-	86.499	-
	1.276.531	1.104.447	174.214	-
				2.555.192
	-	-	753.792	-
	-	-	30.470	-
				753.792
	1.276.531	1.104.447	958.476	-
				3.339.454

Passivos por impostos diferidos

Diferimento de comissões associadas a operações de crédito

Total de passivos por impostos diferidos

Saldo líquido

	2007			
	Saldos em 31-12-2006	Incorporação das Ex-Sucursais	Reforços	Realizações/ anulações
				Outros movimentos
				Saldos em 31-12-2007
	(919.185)	(1.897.583)	-	1.154.205
	(919.185)	(1.897.583)	-	1.154.205
	357.346	(793.136)	958.476	1.154.205
				1.676.892

Na sequência da aprovação da nova Lei das Finanças Locais, a partir de 1 de Janeiro de 2007 o apuramento da derrama passou a corresponder no máximo a 1,5% sobre o lucro tributável determinado em cada exercício.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a reconciliação entre o imposto corrente do exercício e o valor do imposto a pagar apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Imposto corrente do exercício	5.325.198	6.936.781
Pagamentos por conta Outros	(5.282.106) 2	(5.254.641) 2
Imposto sobre o rendimento a pagar	43.094	1.682.142
	=====	=====

10. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Outros activos		
. Imposto a recuperar	14.264.074	16.806.801
. Aplicações por recuperação de créditos	3.198.721	2.351.524
. Devedores diversos	5.322.949	4.762.284
	-----	-----
Valores diversos a regularizar	22.785.744	23.920.609
Rendimentos a receber	5.187.801	3.025.594
. Comissões e outros valores a receber	616.515	422.546
Despesas com encargos diferidos	379.197	550.115
	-----	-----
	28.969.257	27.918.864
Imparidade (Nota 13)		
Aplicações por recuperação de créditos	(1.458.197)	(1.587.320)
Impostos a recuperar	(988.864)	(1.183.407)
Outros activos	-	(2.044.516)
	-----	-----
	(2.447.062)	(4.815.243)
	-----	-----
	26.522.195	23.103.621
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Imposto a recuperar” inclui 13.247.342 e 16.148.866 Euros, respectivamente, relativos a reembolsos pedidos e reclamações efectuadas em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor da imparidade constituída para estes activos ascende a 988.864 e 1.183.407 Euros, respectivamente, e reflecte a expectativa do Banco quanto ao respectivo valor de realização nessas datas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os montantes registados em “Aplicações por recuperação de créditos”, correspondem essencialmente a veículos recebidos em dação em pagamento de crédito. O movimento no valor bruto destes activos nestes exercícios, apresenta o seguinte detalhe:

Saldo em 31 de Dezembro de 2006	1.884.049
Recuperações	6.620.698
Alienações	(6.150.116)
Outros movimentos	(3.107)

Saldo em 31 de Dezembro de 2007	2.351.524
Recuperações	5.734.010
Alienações	(4.884.698)
Outros movimentos	(2.115)

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	3.198.721
	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outros activos – devedores diversos”, inclui 583.402 Euros e 854.910 Euros, respectivamente, relativos a valores a receber por alienação de viaturas.

Em 31 de Dezembro de 2008 a rubrica “Valores diversos a regularizar”, inclui 2.446.266 Euros relativos a rendas de cartões de crédito que se encontram para cobrança e 939.418 Euros de valores em cobrança relativos a contratos de factoring.

O movimento na imparidade e provisões das rubricas de “Outros activos” nos exercícios de 2008 e 2007 é apresentado na Nota 13.

11. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Descobertos em depósitos à ordem		
Banco Santander Totta, S.A.	25.426.227	76.668.342
Depósitos e outros recursos		
Banco Santander Consumer Finance, S.A.	1.028.000.000	943.028.915
Juros a pagar	21.453.908	17.175.934
	-----	-----
	1.049.453.908	960.204.849
	-----	-----
	1.074.880.135	1.036.873.191
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

Conforme referido em maior detalhe na Nota 7, nos exercícios de 2008 e 2007 o Banco alienou um conjunto de créditos ao consumo e automóvel, os quais se encontravam integralmente abatidos ao activo na data de celebração dos contratos. As mais valias realizadas nas vendas, no montante de 1.170.478 Euros e 2.210.752 Euros, respectivamente, foram registadas na rubrica “Recuperação de crédito e juros vencidos”.

No exercício de 2008 a rubrica “Outros movimentos e transferências”, inclui 365.438 Euros em “Imparidade para crédito”, relativos à aquisição no exercício de 2008 de um conjunto de operações de crédito à Transolver.

14. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Obrigações de Caixa subordinadas “Interbanco 05/15”	15.000.000	15.000.000
Juros a pagar	236.802	192.058
	-----	-----
	15.236.802	15.192.058
	=====	=====

As Obrigações de Caixa subordinadas “Interbanco 05/15” foram emitidas em 28 de Setembro de 2005, por um prazo de 10 anos, tendo data de reembolso em 28 de Setembro de 2015. Estas obrigações vencem juros à taxa Euribor a 6 meses, adicionada de 0,75%. Os juros são pagos semestral e postecipadamente em 28 de Março e 28 de Setembro de cada ano. Após o quinto ano, o Banco poderá efectuar o reembolso desta emissão, ao par (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal. Caso esta opção não seja exercida, a remuneração das obrigações a partir dessa data corresponderá ao mesmo indexante acrescido de 1,25%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

15. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Valores a pagar ao Estado:		
. Imposto sobre o Valor Acrescentado	797.803	1.623.126
. Imposto do Selo	568.927	612.786
. Retenção de impostos na fonte	194.143	145.995
. Contribuições para a Segurança Social	140.194	139.456
. Outros	109	-
	<u>1.701.176</u>	<u>2.521.363</u>
Credores:		
. Credores por contratos de factoring	37.560.397	48.777.397
. Cauções recebidas – contratos de ALD	22.034.578	18.932.077
. Fornecedores conta corrente	4.836.198	1.459.313
. Facturas em recepção e conferência	164.217	1.315.081
. Outros credores	3.324.718	2.257.976
	<u>67.920.108</u>	<u>72.741.844</u>
Operações passivas a regularizar		
Encargos a pagar:		
. Gastos gerais administrativos	2.613.952	4.113.863
. Acordos de participação	1.213.009	2.862.482
. Acréscimos de custos para férias e subsídio de férias	904.716	812.556
. Bónus a distribuir aos colaboradores	300.000	535.608
. Seguros a pagar	430	362.913
. Outros encargos a pagar	43	47.474
	<u>5.032.150</u>	<u>8.734.896</u>
Receitas com rendimento diferido	613.153	447.816
	<u>81.438.627</u>	<u>89.458.504</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Credores por contratos de factoring” representa as responsabilidades para com os Aderentes relativas ao valor da facturação de operações sem recurso em processo de cobrança, líquidas de adiantamentos efectuados e notas de crédito emitidas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Cauções recebidas – contratos de ALD”, respeita ao diferencial entre o valor entregue pelos clientes no início das operações de aluguer de longa duração e o valor residual dos respectivos contratos. Na rubrica de crédito concedido encontra-se reflectido o valor líquido do financiamento efectivamente concedido pelo Banco aos clientes, o qual corresponde ao valor de aquisição do bem, deduzido dos pagamentos que efectuaram antecipadamente.

A diminuição verificada na rubrica “Encargos a pagar - Gastos gerais administrativos” é explicada essencialmente pela redução das estimativas de custos com rapel e campanhas de marketing.

A rubrica “Encargos a pagar – Acordos de participação”, diz respeito à participação nos resultados em operações de financiamento automóvel decorrentes do estabelecimento de acordos de associação em participação realizados entre o Banco e sociedades de importação e distribuição automóvel. No âmbito destas operações, o Banco partilha com as referidas sociedades os resultados obtidos num determinado conjunto de operações de financiamento, em função das condições previamente acordadas entre as partes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

16. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social do Banco encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 37.500.000 acções de valor nominal de 1 Euro cada, com a seguinte composição:

	Número de acções	Porcentagem de participação
Santander Consumer Finance, S.A.	18.750.500	50,001%
SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA	18.749.499	49,998%
BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	1	0,001%
	-----	-----
	37.500.000	100,000%
	=====	=====

Em 2 de Janeiro de 2007, por deliberação unânime dos accionistas em Assembleia Geral foi decidida a realização de um aumento do capital social do Banco no montante de 29.092.947 Euros, mediante a emissão de 29.092.947 novas acções com um valor nominal de 1 Euro cada e com um prémio de emissão global de 12.790.664 Euros. Esta deliberação envolveu a concentração de todas as actividades do Santander Consumer em Portugal no Banco, o qual a partir do dia 2 de Janeiro de 2007 passou a integrar as Sucursais do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer E.F.C., S.A. em Portugal, tendo sido concretizada do seguinte modo:

- i) Pelo accionista Santander Consumer Finance, S.A., detentor de 50,001% do capital social, no montante de 7.943.968 Euros, mediante a subscrição de 7.943.968 acções, através de entradas em espécie por entrega de bens, conforme descrito abaixo:
 - Conversão em capital de créditos relativos a prestações acessórias concedidas ao Banco, no montante de 7.481.968 Euros;
 - Transferência patrimonial dos bens relativos à unidade de negócio da sua Sucursal, Santander Consumer Finance (Sucursal em Portugal), cuja actividade consistia no financiamento por cartão de crédito. A transmissão dos elementos patrimoniais da Sucursal, no montante de 462.000 Euros, produziu efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, tendo sido inscritos no balanço do Banco pelo seu valor líquido contabilístico na data da transmissão.
- ii) Pelo Santander Consumer, Establecimiento Financiero de Crédito, S.A., no montante de 13.261.300 Euros, mediante a subscrição de 13.261.300 acções, através de entradas em espécie por entrega de bens, realizadas através da transferência para o Banco dos bens relativos à unidade de negócio da sua Sucursal em Portugal, Santander Consumer Establecimiento Financiero de Crédito, (Sucursal em Portugal), cuja actividade consistia na concessão de crédito ao consumo e financiamento automóvel. A transmissão dos elementos patrimoniais da Sucursal, avaliados pelo referido montante da subscrição realizada, produziu efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, tendo sido inscritos no balanço do Banco pelo seu valor líquido contabilístico na data da transmissão.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

iii) Pelo accionista SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., detentor de 49,998% do capital social, no montante de 7.887.679 Euros, mediante a subscrição de 7.887.679 acções, a realizar conforme descrito abaixo:

- Em espécie, através da conversão em capital de créditos relativos a prestações acessórias concedidas ao Banco, no montante de 7.481.968 Euros;
- Em numerário, pelo montante remanescente do capital subscrito, no valor de 405.711 Euros.

Ainda em consequência desta operação, o accionista SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., realizou nesta data, em numerário, um prémio de emissão no montante de 12.790.664 Euros, o qual foi determinado em função da valorização do efeito na actividade do Banco da incorporação do negócio das Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer, E.F.C., S.A..

Em Outubro de 2007, no âmbito do acordo de alienação da participação detida pelo accionista SAG Gest – Soluções Automóveis Global, S.A. no Banco, foi concretizada a aquisição pela Santander Consumer Finance, S.A. de 28,155% do capital social do Banco. A alienação dos remanescentes 11,845% do capital social do Banco foi realizada posteriormente em Janeiro de 2008.

Como consequência das operações descritas anteriormente, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a estrutura accionista do Banco apresentava a seguinte composição:

	2008	
	<u>Número de acções</u>	<u>Percentagem de participação</u>
Santander Consumer Finance, S.A.	53.331.647	80,086%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19,914%
	=====	=====
	66.592.947	100,000%
	=====	=====

	2007	
	<u>Número de acções</u>	<u>Percentagem de participação</u>
Santander Consumer Finance, S.A.	45.443.968	68,241%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19,914%
SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA	7.887.679	11,845%
	=====	=====
	66.592.947	100,000%
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

17. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as Outras Reservas e Resultados Transitados têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Prémio de Emissão	12.790.664	12.790.664
Reserva Legal	9.272.201	7.659.228
Outras Reservas	1.362.890	842.573
Resultados Transitados	20.682.307	20.682.307
	-----	-----
	44.108.062	41.974.772
	=====	=====

Nos termos da portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Em Assembleia Geral realizada em 7 de Outubro de 2008, foi deliberada a distribuição aos accionistas de dividendos no montante de 14.516.753 Euros.

18. RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

O resultado consolidado do Grupo foi determinado da seguinte forma:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Resultado líquido individual das entidades incluídas no perímetro de consolidação:		
Banco Santander Consumer Portugal	10.650.540	16.129.726
IT Car – Aluguer e Comércio de Automóveis	(97.656)	(7.696)
Polyfinances Holding Ltd	-	12.831
	-----	-----
	10.552.884	16.134.861
Ajustamentos de consolidação:		
Imparidade em crédito concedido, líquida de impostos diferidos	(2.528.068)	528.015
	-----	-----
	8.024.816	16.662.876
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

19. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Nos exercícios de 2008 e 2007, os passivos contingentes e compromissos apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Garantias prestadas	776.894	2.176.894
Compromissos perante terceiros	105.875.041	246.751.595

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Compromissos perante terceiros” respeita essencialmente a linhas de crédito associadas a operações de concessão de crédito a clientes através de cartões.

20. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios de 2008 e 2007, a Margem Financeira tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros e proveitos similares		
. Juros de financiamento de vendas a crédito e financiamento em conta corrente	73.555.739	66.804.984
. Juros de crédito em locação	25.296.373	26.000.237
. Juros de adiantamentos de “factoring”	6.990.269	4.063.539
. Juros de financiamento através de cartão de crédito	1.556.157	1.618.109
. Comissões de abertura de contrato	4.215.171	4.506.808
. Outros juros e proveitos	44.178	113.968
. Operações de concessão de crédito	224.230	169.795
. Outros	-----	-----
	111.882.117	103.277.440
	-----	-----
Juros e custos similares		
. Juros de recursos de instituições de crédito	43.854.914	37.680.484
. Comissões		
- De intermediação	13.054.952	12.473.356
- Rappel	4.923.798	5.524.515
. Acordos de participação	2.694.873	2.481.399
. Juros de empréstimos subordinados	883.318	711.391
. Juros de depósitos de outros residentes	180.556	311.738
. Juros de operações de factoring	252.077	289.392
. Outros	41	-
	-----	-----
	65.844.529	59.472.275
	-----	-----
Margem Financeira	46.037.588	43.805.165
	=====	=====

Nos exercícios de 2008 e 2007, os juros e custos similares, incluem 17.500 Euros e 16.810 Euros, respectivamente, relativos à contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 12).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

21. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2007 e 2006, os Rendimentos e encargos de serviços e comissões têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
. Comissões de colocação de seguros	3.901.920	4.139.793
. Comissões por prestação de serviços	2.337.620	3.634.880
. Operações de factoring	1.377.812	1.659.479
. Despesas de cobrança de rendas	816.827	-
. Garantias prestadas	5.799	10.699
. Outros proveitos de comissões	1.568.478	1.049.724
	<u>10.008.456</u>	<u>10.494.575</u>
Encargos com serviços e comissões		
. Por serviços bancários de terceiros	1.078.154	1.331.040
. Comissões de colocação de seguros	567.091	882.313
. Comissões de apoio fixo por contrato	573.106	306.604
. Outros custos com comissões	360.567	92.731
	<u>2.578.918</u>	<u>2.612.688</u>
	<u>7.429.538</u>	<u>7.881.887</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Nos exercícios de 2008 e 2007, a rubrica "Rendimentos de serviços e comissões – Comissões de colocação de seguros" respeita a comissões recebidas pelo BSCP de companhias de seguros relativamente a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. Na rubrica "Encargos com serviços e comissões - Comissões de colocação de seguros" encontra-se reflectida a comissão paga pelo Banco a concessionários pela angariação de contratos de financiamento relativamente aos quais o cliente subscreveu simultaneamente o respectivo seguro de protecção de crédito. Os proveitos e encargos relativos a comissões recebidas das companhias de seguros e pagas a angariadores são reconhecidos no exercício em que são concretizadas as operações de crédito respectivas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

22. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Nos exercícios de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Lucros em operações financeiras:		
. Ganhos em instrumentos financeiros	50.283	-
. Outros lucros financeiros	11.564	-
	-----	-----
	61.847	-
	-----	-----
Prejuízos em operações financeiras:		
. Outros prejuízos financeiros	9.128	15.340
	-----	-----
	9.128	15.340
	-----	-----
	52.719	(15.340)
	=====	=====

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Outros proveitos de exploração:		
. Prestação de serviços	201.014	472.180
. Mais-valias em bens de locação financeira	1.199.266	1.526.966
. Outros	2.555.780	2.581.891
	-----	-----
	3.956.060	4.581.037
	-----	-----
Outros custos de exploração:		
. Menos-valias em bens de locação financeira	1.164.376	829.675
. Outros custos de exploração	489.561	538.582
. Outros impostos	991.648	829.808
	-----	-----
	2.645.585	2.198.065
	-----	-----
	1.310.475	2.382.972
	=====	=====

A rubrica "Outros proveitos de exploração - Outros" inclui nomeadamente comissões recebidas pela cobrança de seguros e indemnizações por lucros cessantes em terminações de contratos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

24. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2008 e 2007 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Salários e vencimentos:		
. Remunerações dos órgãos de gestão	191.032	302.535
. Remunerações dos empregados	5.492.588	6.187.608
	-----	-----
	5.683.620	6.490.143
	-----	-----
Encargos sociais:		
. Segurança Social	1.345.675	1.374.267
. Outros encargos	237.144	282.865
	-----	-----
	1.582.819	1.657.132
	-----	-----
Outros custos com o pessoal:		
. Bónus aos colaboradores e Conselho de Administração	295.096	466.149
. Indemnizações contratuais	66.213	41.995
. Participação de juros de crédito à habitação	144.871	165.040
. Outros	176.834	416.568
	-----	-----
	683.014	1.089.752
	-----	-----
	7.949.453	9.237.027
	=====	=====

O Banco não assumiu quaisquer encargos com pensões de reforma, para além das contribuições para a Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de efectivos ao serviço do Banco era o seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Direcção	1	1
Quadros superiores	20	20
Quadros técnicos	159	152
Administrativos	44	52
	-----	-----
	224	225
	===	===

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Serviços especializados:		
. Subcontratação de pessoal e outros serviços de outsourcing	2.621.103	3.005.775
. Recuperação de valores e viaturas	1.957.462	2.099.275
. Informática	1.303.041	1.299.829
. Advocacia	1.031.648	1.028.759
. Segurança e vigilância	206.152	205.187
. Assistência e software	162.733	224.255
. Outros serviços especializados	1.127.685	1.104.502
Rendas e alugueres	586.303	902.121
Comunicação	1.721.431	1.833.395
Publicidade	1.294.074	1.318.322
Seguros, serviços judiciais e contencioso	478.303	893.610
Conservação e reparação	473.711	509.280
Avenças e honorários	517.647	536.233
Água, energia e combustíveis	363.255	374.855
Deslocações, estadas e representações	237.180	287.558
Material de consumo corrente	348.089	343.398
Encargos com emissão de obrigações	15.042	15.000
Encargos com formação	33.726	84.521
Outros fornecimentos e serviços	398.969	443.752
	-----	-----
	14.877.554	16.509.627
	=====	=====

26. RELATO POR SEGMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a actividade desenvolvida pelo Banco encontra-se organizada de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Banca de Retalho: Inclui a actividade do Banco desenvolvida no âmbito da concessão de crédito nos segmentos de Locação financeira, Aluguer de Longa Duração e Crédito ao consumo, assim como os depósitos captados junto de clientes.
- Banca Comercial: Inclui a actividade do Banco desenvolvida nas vertentes de concessão de crédito a empresas para apoio de tesouraria, financiamento à aquisição de stocks e "Factoring".
- Outros: Compreende todos os segmentos de actividade não considerados nas linhas de negócio anteriores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2008 e 2007, foi a seguinte:

	2008				2007			
	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	104.891.848	6.990.269	-	111.882.117	99.213.901	4.063.539	-	103.277.440
Juros e encargos similares	(60.511.162)	(5.333.367)	-	(65.844.529)	(55.327.778)	(4.144.497)	-	(59.472.275)
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	7.945.003	1.377.812	685.641	10.008.456	8.678.549	1.659.479	156.547	10.494.575
Encargos com serviços e comissões	(2.578.918)	-	-	(2.578.918)	(2.612.688)	-	-	(2.612.688)
Resultados em operações financeiras	52.719	-	-	52.719	-	-	(15.340)	(15.340)
Outros resultados de exploração	1.310.475	-	-	1.310.475	697.291	-	1.685.681	2.382.972
Produto da Actividade Bancária	51.109.965	3.034.714	685.641	54.830.320	50.649.275	1.578.521	1.826.886	54.054.684
Outros custos e proveitos				(46.805.504)				(37.391.808)
Resultado Líquido do Exercício				8.024.816				16.662.876
Crédito a clientes (líquido)	1.073.739.308	178.140.664	-	1.251.879.972	1.058.995.998	174.892.362	-	1.233.888.360
Activo líquido total	1.073.739.308	178.140.664	45.493.740	1.297.373.712	1.058.995.998	174.892.362	41.953.153	1.275.841.513
Recursos de outras instituições de crédito	953.333.516	121.546.619	-	1.074.880.135	910.325.365	126.547.826	-	1.036.873.191
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.172.739	-	-	6.172.739	6.116.627	-	-	6.116.627

27. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos registados no balanço e na demonstração dos resultados do Banco que têm origem em operações realizadas com partes relacionadas têm a seguinte composição:

Entidades do Grupo Santander:

	2008					
	Santander Consumer Finance	Banco Santander Totia	Isban PT - Engenharia e Software Bancário	Isban SL (Espanha)	Produban	Multirent Total
Balanço						
<i>Activos</i>						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	-	-	-	-	-	1.265
Outros activos						
Rendimentos a receber	-	-	-	-	-	86.228
Outros devedores	-	53.465	1.123.713	949.417	-	86.846
<i>Passivos</i>						
Recursos de outras Instituições de Crédito	(1.049.453.908)	(25.426.227)	-	-	-	(1.074.880.135)
Recursos de clientes	-	-	-	-	(22.589)	(22.589)
Empréstimos subordinados	(15.236.802)	-	-	-	-	(15.236.802)
Outros passivos						
Encargos a pagar	-	-	-	-	-	-
Demonstração dos resultados						
Juros e rendimentos similares	-	159.095	-	-	-	159.095
Juros e encargos similares	(44.091.157)	(719.488)	-	-	-	(44.810.645)
Outros resultados de exploração	(81.339)	-	-	-	(144.500)	(225.839)
Gastos gerais administrativos	-	-	(535.712)	(231.310)	(209.518)	(976.540)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

	2007				
	Santander Consumer Finance	Banco Santander Total	Multirent	Isban PT - Engenharia e Software Bancário	Isban SL (Espanha)
Balanço					Total
<i>Activos</i>					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	109.010	-	-	-	109.010
Crédito a clientes	-	-	14.441	-	14.441
Outros activos	-	-	271.103	-	271.103
<i>Passivos</i>					
Recursos de outras instituições de Crédito	(960.204.848)	(76.668.342)	-	-	(1.036.873.190)
Recursos de clientes	-	-	(22.694)	-	(22.694)
Empréstimos subordinados	(15.192.058)	-	-	-	(15.192.058)
Outros passivos	-	-	-	-	-
Encargos a pagar	-	-	-	(64.851)	(266.755)
Demonstração dos resultados					
Juros e encargos similares	(36.376.053)	(1.979.486)	-	-	(38.355.539)
Outros resultados de exploração	-	-	276.004	-	276.004
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(683.542)	(266.755)
					(950.297)

Membros do Conselho de Administração

Nenhum dos membros do Conselho de Administração contraiu créditos junto das entidades do Banco nem adquiriu títulos representativos do respectivo capital social.

28. GESTÃO DE RISCO

Políticas de gestão de risco

As políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco no âmbito da sua actividade encontram-se descritas em maior detalhe no âmbito da secção “Risco de Crédito” do Relatório do Conselho de Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de incumprimento das contrapartes com as quais o Banco mantém posições abertas em instrumentos financeiros, enquanto entidade credora.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição máxima a risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:

	2008			
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Provisões e imparidade	Valor de balanço líquido
<u>Patrimoniais</u>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.600.085	3.600.085	-	3.600.085
Crédito a clientes	1.281.878.814	1.284.705.168	(55.020.080)	1.229.685.088
Outros activos	24.122.399	24.122.399	(988.864)	23.133.535
	<u>1.309.601.298</u>	<u>1.312.427.652</u>	<u>(56.008.944)</u>	<u>1.256.418.708</u>
<u>Extrapatrimoniais</u>				
Garantias prestadas	776.894	776.894	(7.769)	769.125
Compromissos Irrevogáveis	105.875.041	105.875.041	(50.452)	105.824.589
	<u>106.651.935</u>	<u>106.651.935</u>	<u>(58.221)</u>	<u>106.593.714</u>
	2007			
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Imparidade e Provisões	Valor de balanço líquido
<u>Patrimoniais</u>				
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	6.637.865	6.637.865	-	6.637.865
Crédito a clientes	1.246.340.838	1.249.049.625	(36.867.214)	1.212.182.411
Outros activos	22.685.935	22.685.935	(1.183.407)	21.502.528
	<u>1.275.664.638</u>	<u>1.278.373.425</u>	<u>(38.050.621)</u>	<u>1.240.322.804</u>
<u>Extrapatrimoniais</u>				
Garantias prestadas	2.176.894	2.176.894	(21.769)	2.155.125
Compromissos Irrevogáveis	246.751.595	246.751.595	(40.461)	246.711.134
	<u>248.928.489</u>	<u>248.928.489</u>	<u>(62.230)</u>	<u>248.866.259</u>

Qualidade de crédito dos activos financeiros

O acompanhamento e monitorização dos processos de gestão do risco de crédito do Banco é assegurado por uma estrutura interna com competências atribuídas para o efeito, sendo efectuada ao nível da concessão, acompanhamento e recuperação de operações de crédito a empresas e particulares pela Direcção de Risco e Recuperação. A análise e evolução da actividade da Direcção de Risco e Recuperação é por sua vez avaliada regularmente em Comité de Direcção do Banco.

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de risco desenvolvidos internamente (modelos de “rating” e de “scoring”) e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efectuada pela Direcção de Risco aos dados financeiros e económicos do cliente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição das operações de crédito concedido em regime de Vendas a crédito, Locação financeira e Aluguer de longa duração, apresenta o seguinte detalhe:

	2008		
	Capital vencendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
Vendas a crédito			
Créditos sem incumprimento	617.015.004	1.003.142	618.018.146
Créditos com incumprimento	63.333.293	3.639.524	66.972.817
Créditos em default	19.219.360	22.792.718	42.012.078
	699.567.657	27.435.384	727.003.041
Locação financeira			
Créditos sem incumprimento	181.456.955	329.042	181.785.997
Créditos com incumprimento	16.583.124	938.484	17.521.608
Créditos em default	4.767.473	6.890.512	11.657.985
	202.807.552	8.158.038	210.965.590
Aluguer de longa duração			
Créditos sem incumprimento	134.568.620	207.956	134.776.576
Créditos com incumprimento	9.560.482	473.643	10.034.125
Créditos em default	1.756.237	2.618.654	4.374.891
	145.885.339	3.300.253	149.185.592
Total	1.048.260.548	38.893.675	1.087.154.223

	2007		
	Capital vencendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
Vendas a crédito			
Créditos sem incumprimento	617.908.801	1.160.209	619.069.010
Créditos com incumprimento	44.681.594	2.622.098	47.303.692
Créditos em default	14.675.199	14.132.998	28.808.197
	677.265.594	17.915.305	695.180.899
Locação financeira			
Créditos sem incumprimento	211.237.703	387.933	211.625.636
Créditos com incumprimento	17.233.505	897.514	18.131.019
Créditos em default	4.725.950	3.752.383	8.478.333
	233.197.158	5.037.830	238.234.988
Aluguer de longa duração			
Créditos sem incumprimento	113.431.451	239.160	113.670.611
Créditos com incumprimento	5.792.791	374.772	6.167.563
Créditos em default	1.175.221	2.122.608	3.297.829
	120.399.463	2.736.540	123.136.003
Total	1.030.862.215	25.689.675	1.056.551.891

Na preparação dos quadros apresentados acima, a classificação das operações foi efectuada de acordo com a seguinte metodologia:

- “Créditos sem incumprimento” – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 11 dias;
- “Créditos com incumprimento” – créditos com saldos vencidos entre 11 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

Nos exercícios de 2008 e 2007, as operações de crédito concedidas a clientes pelo Banco encontram-se, entre outras, garantidas pelos seguintes tipos de colaterais:

- (i) Garantias bancárias, usualmente associadas a operações de “factoring” com concessionários;
- (ii) Regime de reserva de propriedade em operações de vendas a crédito para aquisição de viaturas;
- (iii) Garantias pessoais (livrança, aval, outros).

Activos financeiros com incumprimento

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor de créditos concedidos a clientes com vencido associado mas sem imparidade atribuída no âmbito da análise individual efectuada pelo Banco, cuja metodologia é descrita na Nota 2.3 d) acima, ascendem a 20.376.713 Euros e 13.004.934 Euros, respectivamente. Os referidos créditos respeitam essencialmente a operações de cessão de facturação de concessionários em regime de “factoring”, no âmbito das quais são prestadas garantias bancárias pelos devedores aos aderentes com uma cláusula a favor do Banco. O respectivo montante na data de referência das demonstrações financeiras ascendia a 15.233.073 Euros e 8.745.000 Euros, respectivamente.

Créditos renegociados

De acordo com a política de gestão de risco de crédito do Banco, as operações com valores em incumprimento devido a dificuldades do devedor, cujos termos iniciais de liquidação das responsabilidades sejam alterados em função da capacidade de pagamento do devedor, permanecem registados como crédito vencido até à liquidação integral dos saldos em dívida.

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco do Banco apresentar dificuldades na obtenção dos recursos financeiros de que necessita para cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode consubstanciar-se, por exemplo, na incapacidade de alienar de forma célere um instrumento financeiro por um montante representativo do seu justo valor.

No âmbito das políticas internas do Banco no que respeita à exposição a risco de liquidez, o respectivo acompanhamento e monitorização é assegurado em sede de Comité de Activos e Passivos (“Asset Liabilities Committee” – ALCO). De acordo com os procedimentos em vigor, o financiamento da actividade é preferencialmente assegurado junto do Grupo Santander, dispondo o Banco de limites de descoberto autorizado negociados para este efeito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os “Cash flows” contratuais não descontados relativos aos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição por intervalos de maturidade:

	2008						
	A vista	Até 3 meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<u>Ativo</u>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	90.117	-	-	-	-	-	90.117
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.600.085	-	-	-	-	-	3.600.085
Crédito a clientes (Saldos brutos)	16.621.661	227.465.730	325.531.056	510.072.396	269.272.316	97.860.415	1.446.823.574
	<u>20.311.863</u>	<u>227.465.730</u>	<u>325.531.056</u>	<u>510.072.396</u>	<u>269.272.316</u>	<u>97.860.415</u>	<u>1.450.513.776</u>
<u>Passivo</u>							
Recursos de outras Instituições de Crédito	(25.426.227)	(366.579.209)	(175.712.082)	(398.737.145)	(171.187.835)	-	(1.137.642.498)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6.172.739)	-	-	-	-	-	(6.172.739)
Passivos subordinados	-	(455.969)	(291.985)	(1.052.943)	(1.073.085)	(15.228.126)	(18.102.108)
Outros passivos financeiros	-	(37.560.397)	-	-	-	-	(37.560.397)
Credores por contratos de factoring	-	(963.328)	(1.930.670)	(12.255.147)	(5.529.810)	(1.355.623)	(22.034.578)
Cauções recebidas - contratos de ALD	<u>(31.598.966)</u>	<u>(405.558.903)</u>	<u>(177.934.737)</u>	<u>(412.045.235)</u>	<u>(177.790.730)</u>	<u>(16.583.749)</u>	<u>(1.221.512.320)</u>
Diferencial	<u>(11.287.103)</u>	<u>(178.093.173)</u>	<u>147.596.319</u>	<u>98.027.161</u>	<u>91.481.586</u>	<u>81.276.666</u>	<u>229.001.456</u>
	<u>31.628.826</u>	<u>214.204.613</u>	<u>314.016.650</u>	<u>246.267.198</u>	<u>104.358.972</u>	<u>-</u>	<u>1.420.136.768</u>

2007

	2007							
	À vista	Até 3 meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	52.241	-	-	-	-	-	-	52.241
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.637.865	-	-	-	-	-	-	6.637.865
Crédito a clientes (Saldos brutos)	24.938.720	214.204.613	314.016.650	509.660.509	246.267.198	104.358.972	-	1.413.446.682
	<u>31.628.826</u>	<u>214.204.613</u>	<u>314.016.650</u>	<u>509.660.509</u>	<u>246.267.198</u>	<u>104.358.972</u>	<u>-</u>	<u>1.420.136.768</u>
Passivo								
Recursos de outras Instituições de Crédito	(76.668.342)	(162.800.185)	(297.067.514)	(403.021.542)	(146.040.019)	(15.647.875)	-	(1.101.245.477)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6.116.627)	-	-	-	-	(6.116.627)	-	(6.116.627)
Passivos subordinados	-	(417.083)	(417.251)	(1.544.920)	(1.541.038)	(17.300.255)	-	(21.220.547)
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Credores por contratos de factoring	-	(48.777.397)	-	-	-	-	-	(48.777.397)
Cauções recebidas - contratos de ALD	-	(593.338)	(2.949.877)	(5.964.984)	(6.489.932)	(2.943.946)	-	(18.932.077)
Diferencial	<u>(82.784.969)</u>	<u>(212.578.003)</u>	<u>(300.434.642)</u>	<u>(410.531.446)</u>	<u>(154.070.989)</u>	<u>(35.892.076)</u>	<u>-</u>	<u>(1.196.292.125)</u>
	(51.156.143)	1.626.610	99.129.063	92.196.209	68.466.896	-	-	223.844.643

Na preparação dos quadros acima foram considerados fluxos de caixa projectados de capital e juros, pelo que os valores apresentados não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos nessas datas.

Adicionalmente, na elaboração da informação apresentada acima, foram igualmente utilizados os seguintes pressupostos:

- Os descobertos em depósitos à ordem de clientes e o crédito concedido através de cartão de crédito, registados na rubrica “Crédito a clientes”, foram classificados no intervalo temporal “À vista”;
- Os fluxos de capital projectados relativos à rubrica de “Crédito a clientes” não incluem o crédito vencido;
- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” foram classificados no intervalo temporal “À vista”.
- Relativamente a operações cuja remuneração se encontra indexada à Euribor, os fluxos financeiros apresentados foram estimados com base nas taxas de referência em vigor em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o impacto na margem financeira projectada do Banco de uma deslocação paralela das curvas de taxa de juro de 50 e 100 bps (basis point value) que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro cujo repricing ocorra em 2009 e 2008, respectivamente, é o seguinte:

	2008			
	- 50 bp	- 100 bp	+ 50 bp	+ 100 bp
Juros e rendimentos similares	(2.796.508)	(5.593.016)	2.796.508	5.593.016
Juros e encargos similares	2.642.851	5.285.703	(2.642.851)	(5.285.703)
Margem financeira	<u>(153.657)</u>	<u>(307.313)</u>	<u>153.657</u>	<u>307.313</u>

	2007			
	- 50 bp	- 100 bp	+ 50 bp	+ 100 bp
Juros e rendimentos similares	(2.791.759)	(5.583.518)	2.791.759	5.583.518
Juros e encargos similares	2.423.762	4.847.525	(2.423.762)	(4.847.525)
Margem financeira	<u>(367.997)</u>	<u>(735.993)</u>	<u>367.997</u>	<u>735.993</u>

Relativamente aos instrumentos financeiros de taxa fixa cujo vencimento ocorra em 2009 e 2008, os valores acima apresentados consideram a sua substituição por instrumentos semelhantes, cuja remuneração é calculada de acordo com a curva de taxas de juro projectadas para cada exercício.

Justo Valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado, com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	2008		
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	90.117	90.117	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.600.085	3.600.085	-
Crédito a clientes	1.251.938.193	1.249.617.481	(2.320.712)
	<u>1.255.628.395</u>	<u>1.253.307.683</u>	<u>(2.320.712)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de outras instituições de crédito	1.074.880.135	1.082.730.929	(7.850.794)
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.172.739	6.172.739	-
Outros passivos subordinados	15.236.802	15.294.061	(57.259)
	<u>1.096.289.676</u>	<u>1.104.197.730</u>	<u>(7.908.054)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

	2007		
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	52.241	52.241	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.637.865	6.637.865	-
	<u>6.690.106</u>	<u>6.690.106</u>	<u>-</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de outras instituições de crédito	1.036.873.191	1.035.685.695	(1.187.496)
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.116.627	6.116.627	-
Outros passivos subordinados	15.192.058	15.877.618	685.560
	<u>1.058.181.876</u>	<u>1.057.679.940</u>	<u>(501.936)</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, o apuramento do justo valor das operações de crédito concedido a clientes encontrava-se dependente de desenvolvimentos ainda em curso nos sistemas de informação do Banco. No entanto, face ao conhecimento das taxas de juro da sua carteira de crédito com referência a 31 de Dezembro de 2007 e das taxas de juro negociadas para as operações contratadas no último trimestre de 2007, o Conselho de Administração estimava que o justo valor da carteira de crédito não conduziria a menos valias significativas nessa data

Na análise dos quadros acima deverão considerar-se os seguintes aspectos:

- Relativamente a saldos de instrumentos financeiros exigíveis a menos de um ano, considerou-se que o valor de balanço constituía uma aproximação fiável do seu justo valor;
 - Nas restantes operações com clientes, foram utilizadas as taxas de juro médias praticadas pelo Banco no último trimestre de 2008, para operações com características semelhantes;
 - Relativamente aos passivos subordinados, face às condições de mercado em vigor nas datas de referência, em 31 de Dezembro de 2008 foi considerado que o Banco irá exercer a "call option".
- Em 31 de Dezembro de 2007 foi considerada a manutenção destes passivos até à data da respectiva maturidade contratual.

29. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de capital realizada pelo Banco no âmbito da sua actividade encontra-se sujeita à disciplina e disposições do Banco de Portugal, enquanto entidade de supervisão do sistema financeiro nacional.

Nesta matéria, as exigências regulamentares em vigor respeitam, entre outros, os requisitos previstos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, assim como pelos Avisos do Banco de Portugal nº 12/92, de 22 de Dezembro e nº 1/93, de 19 de Maio, e respectivas alterações posteriores. Encontram-se regulados em sede das referidas disposições legais os requisitos e rácios prudenciais a que o Banco deverá atender na definição da sua política de gestão dos elementos patrimoniais, nomeadamente no que respeita à definição de Fundos Próprios (capital regulamentar) e respectiva ponderação face ao valor dos activos e elementos extrapatrimoniais da instituição ponderados por factores de risco (rácio de solvabilidade), o qual não deverá ser inferior a 8%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o apuramento do rácio de solvabilidade consolidado do Banco apresenta a seguinte composição:

	2008	2007
Capital realizado	66.592.947	66.592.947
Prémios de emissão	12.790.664	12.790.664
Reservas legais, estatutárias e outras	10.635.091	8.798.829
Resultados transitados, corrigidos pelo efeito da imparidade	20.682.307	18.388.975
Outras deduções líquidas aos Fundos Próprios de Base	(2.482.906)	(1.163.068)
Fundo próprios de Base elegíveis (1)	<u>108.218.103</u>	<u>105.408.347</u>
Empréstimos subordinados	15.000.000	15.000.000
Outras deduções	-	(847.148)
Fundo próprios complementares elegíveis (2)	<u>15.000.000</u>	<u>14.152.852</u>
Fundos próprios elegíveis (1+2)	<u>123.218.103</u>	<u>119.561.199</u>
Requisitos de Fundos próprios	<u>89.096.746</u>	<u>100.234.410</u>
Rácio de solvabilidade	<u>11,06%</u>	<u>9,54%</u>

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, que evidencia um total de 1.297.373.712 Euros e capital próprio de 118.725.825 Euros, incluindo um resultado líquido de 8.024.816 Euros, as Demonstrações dos resultados consolidados, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja plançado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como as suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia comum. Cada sociedade é, aproximadamente, 140 países, como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade perante terceiros por qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311

Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel: +(351) 225 439 200 - Fax: +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (Nota 2).

Lisboa, 7 de Maio de 2009


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Ao longo do exercício de 2008 acompanhamos a evolução da actividade e os negócios do Banco e da sua subsidiária, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração, dos diversos serviços do Banco e dos órgãos sociais das suas subsidiárias, as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, as Demonstrações dos resultados consolidados, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados e as respectivas notas anexas, bem como o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, emitimos a Certificação Legal das Contas, a qual não contém reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 7 de Maio de 2009


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Deloitte refers to one or more of Deloitte Touche Tohmatsu, a Swiss Verein, its member firms, and their respective subsidiaries and affiliates. Deloitte Touche Tohmatsu is an organization of member firms around the world devoted to excellence in providing professional services and advice, focused on client service through a global strategy executed locally in nearly 150 countries. With access to the deep intellectual capital of 120,000 people worldwide, Deloitte delivers services in four professional areas-audit, tax, consulting and corporate finance services-and serves more than one-half of the world's largest companies, as well as large national enterprises, public institutions, locally important clients, and successful, fast-growing global growth companies. Services are not provided by the Deloitte Touche Tohmatsu Verein, and, for regulatory and other reasons, certain member firms do not provide services in all four professional areas.

As a Swiss Verein (association), neither Deloitte Touche Tohmatsu nor any of its member firms has any liability for each other's acts or omissions. Each of the member firms is a separate and independent legal entity operating under the names "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu", or other related names.

Capital Social: 500.000,00 euros - NIPC: 501 776 311 - Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 11.743

Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: -(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel: +(351) 225 439 200 - Fax: +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu